

**Subsídios para um Plano de
Ação Governamental e
Diretrizes para o PPA 2016-19:
Conservação e Uso Sustentável
da Biodiversidade**

Elemento da Estratégia Nacional de
Biodiversidade 2011-2020

Conteúdo

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA E PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS PARA A BIODIVERSIDADE - EPANB.....	9
3. MÉTODO DE PLANEJAMENTO DA BIODIVERSIDADE	13
4. METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE 2011 - 2020.....	16
4.1. PRINCÍPIOS PARA INTERNALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE 2011-2020	22
4.2. PAINELBIO	23
5. MODELO LÓGICO - ÁRVORE DE PROBLEMAS	24
5.1. PACTUAÇÃO DO PROBLEMA	26
5.2. CONSTRUÇÃO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS	26
5.2.1. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE	27
5.2.2. PRÉ-MONTAGEM DA ÁRVORE DE PROBLEMAS.....	28
5.2.3. VALIDAÇÃO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS.....	28
5.3. PRIORIZAÇÃO DAS CAUSAS	37
5.4. ANÁLISE DE SUFICIÊNCIA – LEVANTAMENTO E AGREGAÇÃO DE AÇÕES.....	45
6. SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL E DIRETRIZES PARA O PPA 2016-19: CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE.....	49
6.1. PROPOSTA DE ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO.....	49
EIXO 1: PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS.....	52
EIXO 2: CONSERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS	53
EIXO 3: PROMOÇÃO DOS VALORES DA BIODIVERSIDADE E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO	54
7. DIRETRIZES PARA O PPA 2016 – 2019	56
7.1. PLANO PLURIANUAL.....	56
7.2. PPA 2012-2015.....	56
7.3. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PRÓXIMO PPA	59
7.3.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA – MACRODESAFIOS E PROGRAMAS TEMÁTICOS	59
7.3.2. DIMENSÃO TÁTICA – OBJETIVOS	61
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Avaliação dos Indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade de acordo com o sistema de escala aplicado pelo GBO4.....	7
Figura 2: Modelo de planejamento da conservação da biodiversidade	13
Figura 3: Etapas da revisão e atualização da Estratégia Nacional de Biodiversidade e Planos de Ação.....	16
Figura 4: Processo de atualização da Estratégia Nacional - Diálogos sobre a Biodiversidade....	17
Figura 5: Processo de construção do Plano de Ação Governamental	24
Figura 6: Etapas do processo de elaboração dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-2019	26
Figura 7: Estrutura da Árvore de Problemas - Perda de Biodiversidade.....	29
Figura 8: Árvore de Problema Perda de Biodiversidade - Eixo 1: Conservação	34
Figura 9: Árvore de Problema Perda de Biodiversidade - Eixo 2: Habitats	35
Figura 10: Árvore de Problema Perda de Biodiversidade - Eixo 3: Valorização	36
Figura 11: Matriz de correlação Causas da Perda de Biodiversidade x Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020	37
Figura 12: Gráfico do número total de causas relacionadas a cada Meta Nacional de Biodiversidade.....	38
Figura 13: Processo de priorização das causas	38
Figura 14: Árvore de Problemas com Causas Priorizadas - Eixo 1	42
Figura 15: Árvore de Problemas com Causas Priorizadas - Eixo 2	43
Figura 16: Árvore de Problemas com Causas Priorizadas - Eixo 3	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo A	19
Tabela 2: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo B	20
Tabela 3: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo C	21
Tabela 4: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo D	21
Tabela 5: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo E:	22
Tabela 6: Adequações metodológicas adotadas.....	25
Tabela 7: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 1: Conservação.....	29
Tabela 8: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 2: Habitats.....	30
Tabela 9: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 2: Habitats (continuação)	31
Tabela 10: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 3: Valorização.....	32
Tabela 11: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 3: Valorização (continuação)	33
Tabela 12: Critério de ponderação utilizado na priorização de causas	39
Tabela 13: Causas priorizadas Eixo 1.....	39
Tabela 14: Causas priorizadas Eixo 2.....	40
Tabela 15: Causas priorizadas Eixo 3.....	41
Tabela 16: Tipos de Atividades identificadas no Plano de Ação	46
Tabela 17: Tipos de Atividades identificadas no Plano de Ação (continuação)	47

Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Elaboração:

Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas / Departamento de Conservação da Biodiversidade / Gerência de Conservação de Espécies

Coordenador:

- *Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza*

Consultor:

- *Rogério Fábio Bittencourt Cabral*

Equipe Técnica

- *Lidio Coradin*
- *Krishna Barros Bonavides*
- *Camila Neves Soares Oliveira*
- *Iona'i Ossami de Moura*
- *Leonardo Queiroz Correia*

Colaboração:

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

- *Elisa Monteiro Malafaia*
- *Raquel de Oliveira Alves*
- *Marcos Silva*

Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

- *Danielle Calandino*
- *Fernanda Marques*
- *Fabio Leite*

Instituições que participaram das oficinas para construção da árvore de problemas e que disponibilizaram informações e dados para a construção dos “Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade”, às quais agradecemos a participação e as valiosas contribuições para a elaboração deste documento e com as quais continuamos contando para sua efetiva implementação:

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Fundação Nacional de Saúde - Funasa, Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, Secretaria de Portos da Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social - Secom/PR, Casa Civil/PR, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, Ministério de Minas e Energia - MME, Ministério da Fazenda - MF, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério das Cidades - MCidades, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Ministério da Defesa - MD, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério da Integração Nacional - MI, Ministério da Cultura - MinC, Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Ministério das Relações Exteriores - MRE, Ministério da Saúde - MS, Ministério dos Transportes - MT, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Ministério do Meio Ambiente - MMA e suas vinculadas: Agência Nacional das Águas - ANA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ e Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

1. INTRODUÇÃO

A publicação do 4º Panorama Global da Biodiversidade - GBO4¹ pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB disponibilizou informações atualizadas sobre a evolução, a situação e as projeções relativas aos cinco objetivos do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020. O documento conclui que embora se verifiquem progressos na conservação da biodiversidade, todos os países precisarão aumentar os esforços até então despendidos para se alcançar os resultados pretendidos de cessar a perda de biodiversidade.

O documento constata que, desde a elaboração do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, passos encorajadores foram dados em todo o mundo para combater a perda de biodiversidade em vários níveis. No entanto, fica evidente a partir desta revisão de meio termo que, mantida a trajetória atual, estes esforços não serão suficientes para alcançar a maior parte das Metas Globais de Biodiversidade (Metas de Aichi) dentro dos prazos acordados.

O documento ratifica o Plano Estratégico e as Metas de Aichi como uma estrutura consistente e abrangente sobre a qual os países membros devem construir suas estratégias e implementar ações que contribuam com o alcance da visão de futuro de construção de um mundo em harmonia com a natureza.

No Brasil, a elaboração do 5º Relatório Nacional² oportunizou um processo semelhante de disponibilização de informações sobre os avanços do país no cumprimento dos acordos da Convenção sobre Diversidade Biológica, ao reportar o status de atualização da Estratégia Nacional de Biodiversidade, apresentar um conjunto de iniciativas empreendidas pelo líder da biodiversidade mundial para viabilizar a implementação nacional da CBD e também avaliar os progressos brasileiros para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Tal como acordado durante a 57ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO, uma avaliação intermediária e predominantemente qualitativa do progresso nacional para atingir as Metas Nacionais foi realizada utilizando como referência o mesmo sistema de escala aplicado pelo GBO4.

Esta iniciativa é complementar ao processo participativo, lançado em 2014 e liderado pelo PainelBio (ver item 4.2), por meio do qual o Brasil está construindo um conjunto de indicadores e um sistema de monitoramento para avaliar os progressos na direção do alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade. Tem o mérito de sinalizar e antecipar algumas importantes tendências do desempenho brasileiro.

¹GBO: Global Biodiversity Outlook - <http://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-78-en.pdf>

²Brazil, Ministry of the Environment. Secretariat of Biodiversity and Forests - SBF. Fifth National Report to the Convention on Biological Diversity: Brazil. Brasília: Ministry of the Environment, 2014

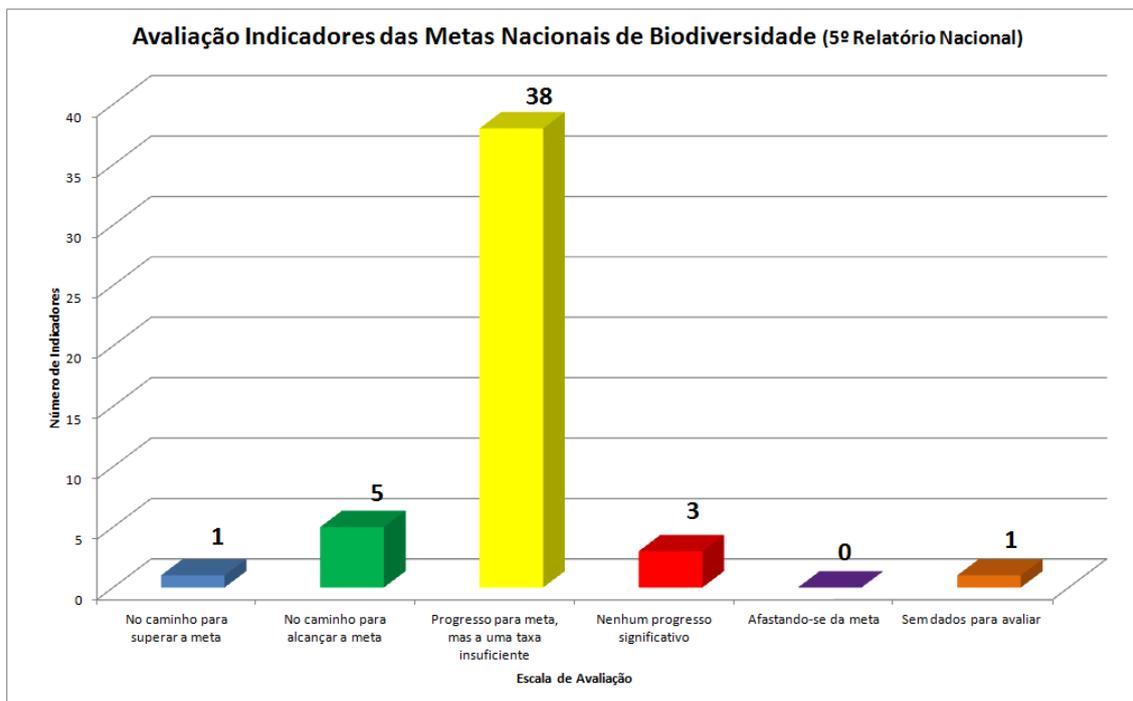


Figura 1: Avaliação dos Indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade de acordo com o sistema de escala aplicado pelo GBO4

De acordo com o 5º Relatório Nacional, a maioria absoluta dos indicadores avaliados (38 ou 79% do conjunto atual) sinalizam progressos para o alcance das metas, porém a taxas insuficientes para que sejam atingidas no prazo previsto. Apenas um indicador apresentou-se no caminho de superar a meta (redução na perda de habitat natural reduzida em pelo menos 50% na Amazônia, em comparação com a taxa de 2009). Cinco indicadores foram avaliados como estando no caminho adequado para o alcance da meta:

- Disseminação e fomento à incorporação de práticas de manejo sustentáveis na silvicultura;
- Conservação de pelo menos 30% da Amazônia por meio de áreas protegidas previstas no âmbito da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e outras categorias de áreas protegidas oficialmente;
- Resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para os estoques de carbono aumentados através de ações de conservação e recuperação na Amazônia;
- As bases científicas e tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade ampliadas e compartilhadas; e
- A compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres finalizada e disponibilizada.

O cenário apresentado pelo 5º Relatório acende uma luz para o desafio nacional de redução da perda de biodiversidade e convoca toda a sociedade brasileira para integrar esforços, conhecimentos e criatividade para reverter a atual tendência.

Os resultados desta avaliação qualitativa de meio termo do progresso brasileiro para o alcance das Metas Nacionais aumentam a importância e a responsabilidade do processo de atualização

da Estratégia Nacional de Biodiversidade, uma vez que, mantidas as atuais tendências, o Brasil poderá não alcançar parte das metas estabelecidas.

Entendendo estratégias como as escolhas que precisam ser feitas pelas pessoas, organizações e nações, as informações e conhecimentos disponibilizadas sobre o desempenho brasileiro no alcance dos seus objetivos de conservação demonstram que o país precisa realizar difíceis escolhas e, principalmente, viabilizar a implementação destas decisões de forma obstinada e integrada.

Mais do que um documento único, a Estratégia Nacional de Biodiversidade se refere a um conjunto de elementos direcionadores que orientam e balizam os esforços brasileiros para a conservação da biodiversidade.

Este documento apresenta o rico processo percorrido pelo Governo Federal Brasileiro para a construção de subsídios para elaboração de um Plano de Ação Governamental para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, bem como de diretrizes para elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, buscando usar estrategicamente a janela de oportunidade da construção, durante 2015, do principal elemento de planejamento e alocação de recursos do Governo Federal, para integrar todos os setores no premente desafio de alcançar as Metas Nacionais de Biodiversidade até 2020.

2. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA E PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS PARA A BIODIVERSIDADE - EPANB

A Estratégia Nacional de Biodiversidade é um processo pelo qual os países fazem escolhas e se organizam para lidar com as ameaças à sua biodiversidade. A Estratégia Nacional de Biodiversidade e os Planos de Ação constituem um dos principais mecanismos para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, tanto em nível nacional como global, configurando-se como o caminho mais efetivo e direto para a aplicação do seu artigo 6º.

Box 1: ESTRATÉGIA GLOBAL PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA

Foi durante a realização da Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, que entre um conjunto de acordos internacionais firmados aprovou-se a Convenção sobre Diversidade Biológica, tendo sido o Brasil o primeiro país a assiná-lo em junho de 1992.

Ao assinar e ratificar a Convenção, o país se comprometeu a implementar ações para o cumprimento dos seus três grandes objetivos: conservação da biodiversidade, uso sustentável dos seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. A Convenção conta atualmente com 193 Partes (192 países membros mais a União Europeia).

A CDB é dirigida pela Conferência das Partes - COP, uma instância de governança que tem como papel avançar na sua implementação por meio das decisões que são acordadas e tomadas nas suas reuniões periódicas. Até a presente data, a Conferência das Partes realizou 12 reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária.

As últimas sessões da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica foram realizadas em Hyderabad, na Índia, entre 8 e 19 de outubro de 2012 e em Pyeongchang, na Coreia do Sul, entre 6 e 17 de outubro de 2014.

ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO

Ainda durante as negociações do quadro global da Convenção, foi consolidada a ideia de enfrentar o desafio da sua implementação por meio de um instrumento multissetorial, integrado e participativo de planejamento estratégico.

O artigo 6º da Convenção exige que as Partes contratantes, na medida das suas condições e capacidades, desenvolvam ou adaptem estratégias para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, requerendo ainda que esta agenda seja integrada, na medida do possível, em outras estratégias setoriais e intersetoriais pertinentes.

Dentre os poucos compromissos obrigatórios da Convenção destaca-se, além do 6º artigo, o artigo 26, que cobra a apresentação de relatórios periódicos sobre o status de implementação da Convenção em cada uma das Partes.

As estratégias e os relatórios nacionais constituem dois dos mecanismos de implementação da Convenção, juntamente com o Mecanismo de Troca de Informações e Cooperação (CHM – Clearing House Mechanism) e mecanismos financeiros, caso do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e *Life Web* para Áreas Protegidas.

De acordo com os módulos de formação disponibilizados pelo Secretariado da CDB para apoiar a atualização e a revisão da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANBs (NBSAPs³, sigla em inglês), em alinhamento com o Plano Estratégico de Biodiversidade

³ NBSAPs: National Biodiversity Strategies and Action Plans

2011-2020, alguns princípios devem nortear os esforços das Partes na atualização das suas estratégias:

- A Estratégia e Planos de Ação devem assumir a forma de um conjunto integrado e coerente de leis, programas, projetos, protocolos e agendas de pesquisa científica, mecanismos de comunicação, educação, sensibilização e participação social, que juntos garantam as condições para o cumprimento dos três grandes objetivos da Convenção. De acordo com esta abordagem mais ampla, as Estratégias e Planos de Ação se configuram muito mais como um processo de planejamento e gestão do que um documento fixo.
- Elementos desta estratégia devem ser incorporados aos planejamentos e às atividades de todos os setores cujas atividades podem ter impacto sobre a biodiversidade. Nesta abordagem, a Estratégia deve ser vista, mais uma vez, como um processo multilateral e multifacetado, capaz de interferir e ser interferida, envolvendo as partes interessadas no seu desenvolvimento.
- O terceiro princípio norteador é a constatação de que Estratégias e Planos de Ação devem ser considerados como um processo vivo, onde as mudanças de cenários e o aumento da informação e do conhecimento científico, obtidos por meio do monitoramento e avaliação da implementação, retroalimentam um processo permanente de revisão e atualização da Estratégia e Planos de Ação.

Box 2: PLANO ESTRATÉGICO DE BIODIVERSIDADE 2011 – 2020

No processo de preparação do novo Plano Estratégico da CDB, que aconteceu como preparação para as deliberações acordadas durante a COP-10, o Secretariado da Convenção propôs que se estabelecesse uma nova meta “ambiciosa, mas realista” na forma de objetivos de longo prazo, materializados em vinte metas para 2020. Além disso, se propôs uma visão para 2050, junto com a definição de missão e de uma lista de cinco grandes Objetivos Estratégicos.

Como parte dessa preparação, aconteceram diversos encontros internacionais em 2010. Iniciando-se por Londres, foi organizado o Workshop Informal de Especialistas com o objetivo de atualizar o Plano Estratégico da CDB para o período pós 2010, coordenado pelo Brasil e Reino Unido.

Este processo, associado às intensas negociações que ocorreram em Nagoya, levou à aprovação, em outubro de 2010 durante a realização da COP-10, de um novo plano estratégico para os 10 anos seguintes, contendo vinte metas focadas em diminuir a perda da biodiversidade global.

O Plano Estratégico possui poucas obrigações legais, funcionando como um guia aos esforços nacionais e internacionais para a proteção da biodiversidade.

Diferentemente das metas anteriormente estabelecidas no âmbito da Convenção, o atual Plano Estratégico define uma estratégia para a CDB, com o objetivo de influenciar todos os setores que geram impactos na biodiversidade. A estratégia busca atuar sobre as principais causas da perda da biodiversidade ao invés de se concentrar nas medidas de redução da pressão ou de melhoria do estado de conservação.

O entendimento central deste mecanismo essencial para a implementação da Convenção pode ser resumido como sua condição de processo e não de produto ou documento acabado. Seja pela sua necessidade de reunir e comportar um variado conjunto de instrumentos, seja por integrar e ser incorporado em outros contextos de planejamento do país ou por constituir um

instrumento vivo, este mecanismo se configura como um processo amplo, integrador e dinâmico.

Box 3: ESTRUTURA DO PLANO ESTRATÉGICO DE BIODIVERSIDADE 2011 – 2020

O Plano Estratégico de Biodiversidade foi construído com base no texto da Convenção e nos seus três grandes objetivos, estruturando-se nos seguintes elementos:

BASE LÓGICA

Estabelece as principais hipóteses estratégicas para o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, explicitando as condições e os fatores críticos que foram levados em consideração para a sua formulação;

Relaciona a conservação e o uso sustentável da biodiversidade ao bem-estar humano, aos Objetivos do Milênio e à redução da pobreza;

Analisa criticamente o Plano Estratégico adotado em 2002, inclusive o insucesso global no alcance das metas para 2010;

Adverte sobre os consensos científicos que projetam uma contínua perda de habitats e das altas taxas de extinções ao longo deste século, sinalizando que se as tendências atuais persistirem, vários "pontos de ruptura" serão cruzados.

VISÃO

O Plano Estratégico parte de uma visão de futuro de longo prazo (2050) criando uma situação desejável com a intenção de orientar e inspirar os demais componentes do Plano.

A visão intitulada "Viver em Harmonia com a Natureza" é:

"Em 2050 a biodiversidade é valorizada, conservada, restaurada e utilizada com sabedoria, mantendo os serviços ecossistêmicos, sustentando um planeta saudável e proporcionando benefícios essenciais para todas as pessoas".

MISSÃO

A missão do Plano Estratégico convoca todas as Partes e, por consequência, a sociedade para a urgência e a necessidade de eficácia das ações frente à magnitude e gravidade dos desafios a serem enfrentados.

"Tomar medidas eficazes e urgentes para deter a perda de biodiversidade, a fim de garantir que, até 2020, os ecossistemas sejam resilientes e que continuem a prestar serviços essenciais, garantindo assim a diversidade de vida e contribuindo para o bem-estar humano e a erradicação da pobreza".

OBJETIVOS E METAS ESTRATÉGICOS

O Plano Estratégico está estruturado em objetivos estratégicos que procuram direcionar os esforços e recursos em cinco (5) grandes resultados:

- Tratar as causas fundamentais da perda de biodiversidade por meio da transversalização (*mainstreaming*) da biodiversidade em todos os setores do governo e da sociedade;
- Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o seu uso sustentável;
- Melhorar o estado da biodiversidade por meio da conservação de ecossistemas, espécies e da diversidade genética;
- Aumentar os benefícios oriundos dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade para todos; e
- Melhorar a implementação por meio do planejamento participativo, gestão do conhecimento e capacitação.

Estes cinco objetivos estratégicos são desdobrados nas vinte metas de biodiversidade, também conhecidas como Metas de Aichi, com detalhamento dos resultados objetivados no horizonte de 2015 a 2020.

Ao adotar estes direcionamentos para a revisão e atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade, o Brasil reconhece a importância da sistematização e

consolidação dos conhecimentos e acordos para a implementação da CDB em documentos, bases de dados e planos, mas reconhece também que dentre os maiores ganhos encontram-se os benefícios do intenso processo de diálogo entre os diversos grupos de interesse envolvidos oportunizado pela iniciativa de revisão e atualização.

As reuniões, oficinas, consultas públicas, seminários e diálogos realizados produziram e produzirão muito mais do que documentos e planos, ao oportunizarem importantes debates e entendimentos sobre os caminhos do país para implementar a Convenção.

Box 4: MONITORAMENTO E MECANISMOS DE APOIO

É parte integrante da Estratégia o relato periódico das Partes sobre o desenvolvimento das estratégias e sobre a adoção de compromissos e instrumentos de políticas nacionais para sua implementação, bem como as informações sobre os progressos em direção a esses objetivos, inclusive por meio do quinto e sexto relatórios nacionais. Para isto, conjuntos coerentes de indicadores devem ser desenvolvidos e sistematicamente acompanhados, conforme estabelecido nos parágrafos 3 (b) e (e) da decisão X/2 da COP.

O Plano Estratégico será implementado principalmente a partir das diversas ações executadas nos níveis nacionais e subnacionais, constituindo-se na verdade em um conjunto de elementos de planejamento. Por esta razão, as capacidades de integração e de provisão dos recursos financeiros se configuram nos principais gargalos a serem enfrentados pelos países membros para sua efetiva implementação.

O reconhecimento da necessidade de apoio social e financeiro para a implementação e a eficácia do Plano Estratégico fazem com que seja necessário ampliar o apoio político por meio de esforços para garantir que Chefes de Estado e parlamentares de todas as Partes entendam o valor da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

Da mesma forma, parcerias em todos os níveis são necessárias para alavancar ações na escala exigida e para alcançar a necessária apropriação da importância da biodiversidade por todos os setores do governo, da sociedade e da economia.

O Plano Estratégico sinaliza para a necessidade de fortalecimento da capacidade de desenvolvimento e execução para algumas Partes em situações vulneráveis, por meio de apoio técnico e financeiro.

Para este fim, mecanismos de troca de informações (CHM) e transferência de tecnologias são especialmente relevantes para o intercâmbio de experiências e para o compartilhamento de boas práticas, ferramentas e orientações.

A estratégia de mobilização de recursos, incluindo proposição de iniciativas concretas e o desenvolvimento de mecanismos inovadores, também deve ser direcionada com o apoio de metas e indicadores a fim de proporcionar recursos financeiros novos e adicionais, de forma oportuna e previsível, em apoio à implementação deste Plano Estratégico.

3. MÉTODO DE PLANEJAMENTO DA BIODIVERSIDADE

De acordo com as informações disponibilizadas pelo sítio eletrônico da CDB ⁴, das 193 Partes, 183 já apresentaram suas Estratégias e Planos de Ação, sendo que 38 Partes enviaram após a Conferência de Nagoya, ou seja, Estratégias e Planos de Ação nacionais já alinhados ao Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 (dados obtidos do sítio eletrônico da CDB em 07/01/2015).

Muitas destas Partes têm seguido o processo de planejamento da biodiversidade de sete etapas sugerido nas Diretrizes Nacionais para Planejamento da Biodiversidade preparado pelo *World Resources Institute (WRI)*, *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* e *United Nations Environment Programme (UNEP)* e recomendado pela 2ª Conferência das Partes da CDB, em 1995, em Jacarta, na Indonésia. Essas diretrizes apresentam o planejamento da biodiversidade como um processo cíclico e adaptável, considerando seu horizonte de longo prazo e a importância de alinhamento com o manejo adaptativo promovendo o aprendizado constante com sua implementação e com as informações oriundas do seu monitoramento e avaliação.

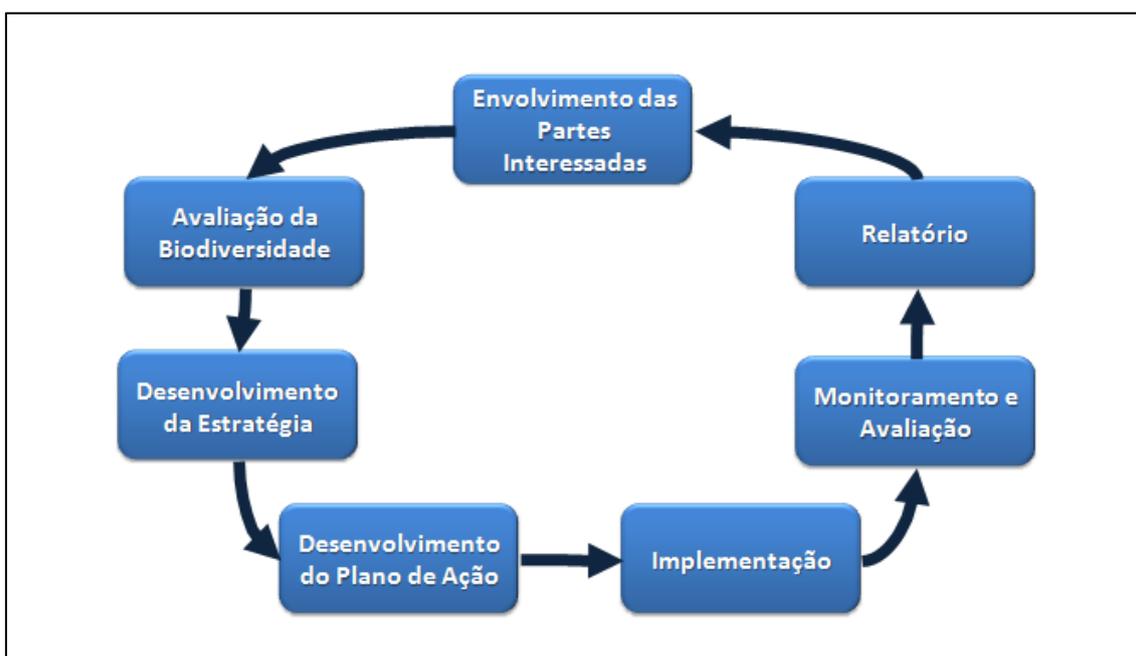


Figura 2: Modelo de planejamento da conservação da biodiversidade - Adaptado de Miller, K.R. and S. M. Lanou. 1995. *National Biodiversity Planning: Guidelines Based on Early Experiences Around the World*

O modelo proposto para a construção da Estratégia e Planos de Ação não é prescritivo, ou seja, cada Parte deve avaliar a melhor forma de executar estas etapas, tendo em conta as condições específicas de seu país e os recursos disponíveis.

Da mesma forma, o processo de revisão e atualização da Estratégia e Plano de Ação precisa considerar a realidade de cada Parte e buscar se orientar pelas etapas recomendadas para o

⁴ Endereço <http://www.cbd.int/nbsap/> consultado em 07/01/2015.

seu desenvolvimento, revisitando-as, adaptando e contextualizando o conteúdo, as ferramentas e as práticas com base no que foi aprendido.

Box 5: ESTRATÉGIA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE

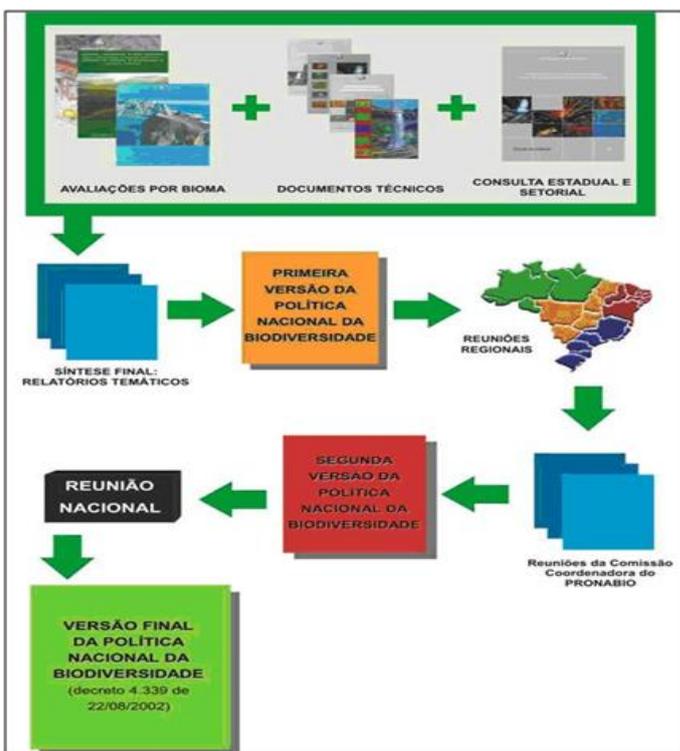
CDB NO BRASIL

No Brasil, a CDB foi ratificada pelo Congresso Nacional em 03 de fevereiro de 1994, conforme publicado no Decreto Legislativo nº 2, de 08 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Naquela época, o Brasil já contava com uma série de leis sobre o tema, que se tornaram parte integrante da Estratégia Nacional de Biodiversidade, tais como o Código Florestal, a Lei da Fauna e outros instrumentos legislativos tradicionais. A definição dos princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade, instituída pelo Decreto nº 4.339 de 22 de agosto de 2002, contribuiu para o alinhamento do país à orientação estratégica proposta pela CDB.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE

Para a formulação dos princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade - PNB, o Ministério do Meio Ambiente - MMA estabeleceu um processo de consulta, no período de 2000 a 2001, com a participação de diversos setores envolvidos (estados, organizações não governamentais, comunidade acadêmica, comunidades indígenas, comunidades tradicionais e empresários).

A formulação desses princípios e diretrizes envolveu a realização de estudos básicos, conduzidos no período de



1998 a 2001, que abordaram o nível de adequação da legislação brasileira à CDB, a síntese do estado da arte do conhecimento da biodiversidade brasileira, análise comparativa de estratégias nacionais de biodiversidade de 46 países e a síntese de registros sobre o conhecimento tradicional associado à biodiversidade.

Paralelamente à consulta nacional, o MMA promoveu, no período de 1998 a 2000, cinco avaliações por biomas, identificando 900 áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade na Amazônia; Cerrado e Pantanal; Caatinga; Mata Atlântica e Campos Sulinos; e Zona Costeira e Marinha. A definição das regras para identificação das áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade foi regulamentada pelo Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004, e o reconhecimento destas áreas foi

oficializado por meio da Portaria Ministerial nº 126, de 27 de maio de 2004.

Com base nos estudos realizados, o MMA elaborou um documento preliminar, que foi submetido à análise crítica e à validação de uma proposta final em quatro reuniões que aconteceram em quatro capitais estaduais. O resultado foi um documento final que incluiu os seguintes componentes: conhecimento da biodiversidade, conservação, uso sustentável, repartição de benefícios, fortalecimento de capacidades científicas e tecnológicas, e educação e consciência pública.

Esta proposta de política foi discutida e apoiada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, finalizando o processo de consulta para elaboração da proposta dos princípios e diretrizes para a implementação da Política

Nacional de Biodiversidade em agosto de 2002, culminando na publicação do Decreto nº 4.339.

Esse decreto foi complementado por novas leis temáticas, a exemplo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000); da Lei de Biossegurança; da Medida Provisória sobre Acesso e Repartição de Benefícios (2001); da Lei de Concessões Florestais (2006); do Zoneamento Agroecológico para a Produção de Etanol (2009); da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras (2009); e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (2009), entre muitas outras.

Notadamente no final do século passado, com a realização da Rio-92 e as iniciativas que a sucederam, esses esforços começaram a se estruturar para a formalização da Política Nacional de Biodiversidade.

A Estratégia Nacional de Biodiversidade, que emerge na forma de um conjunto de elementos integrados e complementares objetivando implementar os princípios da CDB no país, é institucionalizada e formatada em 2006, por meio da Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010.

Box 6: PAN-BIO E METAS DE BIODIVERSIDADE PARA 2010 NO BRASIL

A metodologia para construção do documento “Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade” (PAN-Bio) envolveu a identificação de lacunas na implementação da Política Nacional de Biodiversidade, a partir do levantamento das iniciativas em curso relacionadas à biodiversidade com base no 3º Relatório Nacional para a CDB. A compilação dos resultados da análise produziu um documento que foi submetido à consulta pública e foi complementado a partir da identificação de lacunas e iniciativas não contempladas.

O documento foi avaliado, em agosto de 2005, por 130 representantes de ONGs, do setor privado, dos governos estaduais, do governo federal, de instituições de pesquisa e por membros da Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO. A CONABIO é a instância colegiada de caráter deliberativo e consultivo que coordena a implementação dos compromissos assumidos pelo país no âmbito da CDB, bem como dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade. O documento final consolidado com 213 ações foi submetido à validação da Comissão, que optou pela formação de um grupo de trabalho para a adequação do documento. Os esforços do Grupo de Trabalho resultaram em 156 ações, classificadas conforme a viabilidade operacional e financeira, e foi aprovado pela CONABIO em sua 9ª reunião extraordinária (Deliberação CONABIO nº 40, de 07 de fevereiro de 2006).

A implementação da Estratégia Nacional de Biodiversidade foi posteriormente apoiada pelas 51 Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010 relacionadas às metas globais da CDB. Estas foram aprovadas pela CONABIO após o PAN-BIO, em 2006, por meio de um processo participativo (Resolução nº 3 da CONABIO, de 21 de dezembro de 2006).

ANÁLISE CRÍTICA DO ALCANCE DAS METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE PARA 2010 – 4º RELATÓRIO NACIONAL

No geral, o alcance das metas brasileiras foi baixo, apesar de ter havido avanços significativos em muitas áreas, caso do aumento das áreas protegidas por unidades de conservação e a queda do desmatamento. Das 51 Metas Nacionais para 2010, pelo menos 34 (67%) tiveram 25% ou menos de êxito (BRASIL/MMA, 2010).

O Brasil avançou menos em relação ao controle de espécies invasoras, recuperação de estoques pesqueiros, repartição de benefícios e acesso regulamentado a recursos genéticos. Os principais avanços foram constatados em temas relacionados à proteção de habitats, monitoramento de impactos e redução das ameaças de desmatamento e fogo. Avanços importantes foram também obtidos no aumento do conhecimento sobre a biodiversidade, inclusive sobre a agrobiodiversidade (BRASIL/MMA, 2010).

Embora não tenham sido precisamente quantificados, foram obtidos mais avanços na conservação dos recursos genéticos da agrobiodiversidade do que na conservação de espécies ameaçadas da flora e fauna. Foi constatado também que práticas de uso sustentável se tornaram notavelmente mais disseminadas e esforços e recursos

significativos foram investidos nesse tema, para o qual maiores avanços são esperados no curto e médio prazo.

Os avanços obtidos no alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010 não foram homogêneos para todas as metas e, como ainda não havia sido desenvolvido um sistema abrangente de monitoramento com indicadores claros, a mensuração dos avanços foi frequentemente qualitativa e baseada em indicadores indiretos (4º Relatório Nacional).

A publicação do 4º Relatório Nacional em 2010 pode ser considerada um marco inicial no processo contínuo de revisão e atualização da Estratégia Nacional de Biodiversidade, que passou por um maior envolvimento da sociedade (Diálogos sobre a Biodiversidade) e a redefinição das Metas Nacionais. O 5º Relatório Nacional, elaborado na metade do prazo assumido para o alcance das Metas de Aichi (2020), deve promover nacionalmente, da mesma forma que o 4º Panorama Global da Biodiversidade (GBO-4) vem promovendo globalmente, uma necessária reflexão sobre as estratégias adotadas e sobre os esforços empreendidos para o envolvimento de toda a sociedade neste desafio global.

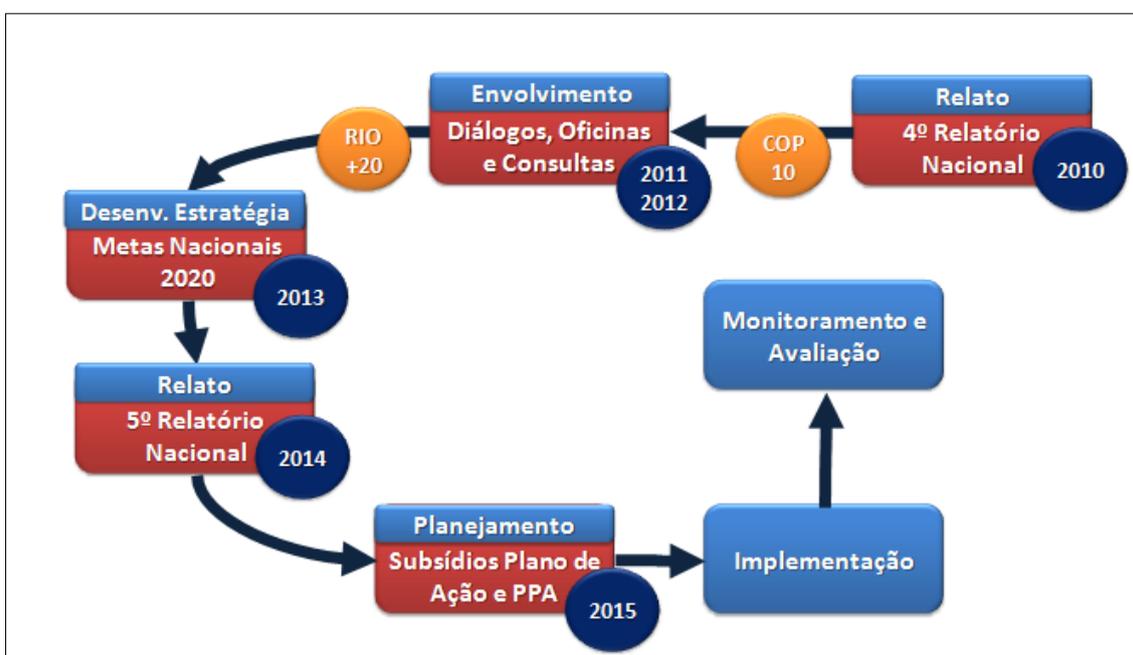


Figura 3: Etapas da revisão e atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade

A revisão da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade no Brasil foi demarcada pela construção e aprovação das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 e por um conjunto de princípios orientadores para sua implementação e internalização, a partir de um processo participativo com representantes das principais partes interessadas.

As etapas do processo de revisão e atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade são detalhadas a seguir.

4. METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE 2011 - 2020

O Brasil, ciente da sua importância e da sua liderança mundial para a biodiversidade, participou ativamente de todas as etapas que culminaram com a aprovação, durante a X Conferência das Partes da CDB, do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 (Decisão X/2), que inclui as Metas de Aichi de Biodiversidade. Da mesma forma, acatou os compromissos propostos nesse Plano Estratégico, que envolvem a revisão e a atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade, em linha com as orientações adotadas na referida Decisão.

O Ministério do Meio Ambiente, juntamente com um conjunto de parceiros, decidiram encaminhar este desafio por meio da iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: Construindo a Estratégia Brasileira para 2020” com o objetivo de construir de forma participativa as metas nacionais relacionadas ao Plano Estratégico 2011-2020.



Figura 4: Processo de atualização da Estratégia Nacional - Diálogos sobre a Biodiversidade

Um conjunto de documentos foi gerado a partir de longo processo de discussão que envolveu 12 eventos nacionais entre setor privado, diferentes níveis de governo, academia, sociedade civil organizada, comunidades locais e povos indígenas. Mais de 280 instituições e 400 pessoas participaram do processo, por meio de reuniões promovidas entre abril de 2011 e maio de 2012. Uma consulta pública virtual também foi conduzida, ampliando ainda mais a participação da sociedade.

Trata-se da maior consulta conduzida por um país para a construção de metas nacionais de biodiversidade. Um processo que ofereceu ao Governo Brasileiro um conjunto de vinte metas a serem alcançadas até 2020. Um resultado que mostra comprometimento de todos os setores da sociedade em concatenar ideias e se colocar à disposição de forma proativa para uma década promissora para a biodiversidade no país.

Esta iniciativa foi promovida pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, União Internacional para Conservação da Natureza - UICN, WWF-Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, conjuntamente com 19 organizações dos diferentes setores da sociedade (academia: SBPC,

ABC; setor privado: CEBDS, CNI, MEB; governos: Abema; ONGs: Conservação Internacional, Instituto Direito por um Planeta Verde, ISA, Fundação Grupo o Boticário, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Apremavi, Diálogos Florestais, Fundação Vitória Amazônica; e povos indígenas e comunidades locais: Comitê Intertribal, Inbrapi, GTA, Pacari e Via Campesina). O apoio financeiro foi oferecido pelo Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido (Defra); e pelo Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II).

Reconhecendo a validade do processo participativo de construção e tendo como subsídio os documentos resultantes, a CONABIO promoveu discussões e debates, com vistas à construção das metas brasileiras, utilizando para isto cinco reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária.

Na 52ª reunião ordinária da CONABIO, realizada nos dias 26 e 27 de junho de 2013, foi aprovada a versão final do texto das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 (Resolução nº 6 da CONABIO, de 03 de setembro de 2013) e também um conjunto de sete princípios orientadores para internalização e implementação das Metas.

Os cinco objetivos estratégicos que congregam as vinte Metas Nacionais são:

- Objetivo Estratégico A: Tratar causas fundamentais de perda da biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade;
- Objetivo Estratégico B: Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável;
- Objetivo Estratégico C: Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética;
- Objetivo Estratégico D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para todos; e
- Objetivo Estratégico E: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão do conhecimento e capacitação.

Tabela 1: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo A: Tratar causas fundamentais de perda da biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade

	<p>Até 2020, no mais tardar, a população brasileira terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável.</p>
	<p>Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.</p>
	<p>Até 2020, no mais tardar, incentivos que possam afetar à biodiversidade, inclusive os chamados subsídios perversos, terão sido reduzidos ou reformados, visando minimizar os impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB, levando em conta as condições socioeconômicas nacionais e regionais.</p>
	<p>Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de produção e consumo sustentáveis para mitigar ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais.</p>

Tabela 2: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo B: Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável

	<p>Até 2020 a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50 % (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas.</p>
	<p>Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de organismos aquáticos serão sustentáveis, legais e feitos com aplicação de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobre exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de limites ecológicos seguros, quando estabelecidos cientificamente.</p>
	<p>Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da biodiversidade.</p>
	<p>Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade.</p>
	<p>Até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deverá estar totalmente implementada, com participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção, Controle.</p>
	<p>Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos.</p>

Tabela 3: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo C: Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética

	<p>Até 2020, serão conservadas, por meio de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.</p>
	<p>Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.</p>
	<p>Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.</p>

Tabela 4: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para todos

	<p>Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis.</p>
	<p>Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecoregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação.</p>
	<p>Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá entrado em vigor e estará operacionalizado, em conformidade com a legislação nacional.</p>

Tabela 5: Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 - Objetivo E: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão do conhecimento e capacitação

	<p>Até 2014, a estratégia nacional de biodiversidade será atualizada e adotada como instrumento de política, com planos de ação efetivos, participativos e atualizados, que deverá prever monitoramento e avaliações periódicas.</p>
	<p>Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de Povos Indígenas, agricultores familiares e Comunidades Tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de Povos Indígenas, agricultores familiares e Comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.</p>
	<p>Até 2020 as bases científicas, e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. Até 2017 a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos.</p>
	<p>Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas avaliações da necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização e alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas.</p>

4.1. PRINCÍPIOS PARA INTERNALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE 2011-2020

Os princípios para internalização e implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 abordam as seguintes condições consideradas fundamentais para que as metas possam cumprir seu papel de orientar os esforços nacionais para conter a perda de biodiversidade:

- Necessidade de nivelamento do entendimento dos conceitos utilizados no estabelecimento das metas;
- Importância da participação da sociedade no estabelecimento dos mecanismos de monitoramento e análise do desempenho no cumprimento das metas;

- Necessidade de implementação das metas de forma coordenada com a estratégia nacional e o plano de ação, integrando outras políticas relacionadas;
- Importância do estímulo à adoção de incentivos para o cumprimento das metas;
- Estímulo à construção de legislações e regulamentos alinhados à implementação das metas;
- Importância de considerar, para fins de implementação e alcance das metas, a amplitude das agendas envolvendo outros órgãos dos governos federal, estaduais e municipais e dos diversos setores da sociedade;
- Necessidade de considerar as diferenças existentes entre cada bioma e região geopolítica brasileira; e
- Incentivo à gestão dos conhecimentos técnico-científicos incorporados na implementação das metas.

4.2. PAINELBIO

Com os propósitos de promover a sinergia entre instituições, a disseminação de conhecimento, a realização de capacitações e o apoio aos processos de tomada de decisões visando o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade, foi instituído o Painel Brasileiro de Biodiversidade - PainelBio.

O PainelBio é resultante de uma iniciativa mencionada no 4º Relatório Nacional chamada Instituto Virtual da Biodiversidade Brasileira, que evoluiu e se transformou em um painel interinstitucional com Secretaria Executiva exercida pela IUCN-Brasil e apoio do programa PROBIO II.

É no âmbito do PainelBio que está em curso um processo participativo para a construção de indicadores para avaliar a implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020. Este processo contempla o desenvolvimento de competências das instituições envolvidas com o apoio da iniciativa “*Biodiversity Indicators Partnership*” (<http://www.bipindicators.net/>). Estão previstas a realização de cinco oficinas, uma para cada um dos Objetivos Estratégicos das Metas Nacionais de Biodiversidade, com a participação de diversos setores e instituições importantes para a implementação de estratégias para a integração das Metas Nacionais nos vários setores. As oficinas envolvem a discussão e definição de conceitos relacionados às Metas Nacionais, bem como a proposição de indicadores para medir o grau de cumprimento dessas metas e a construção de uma metodologia de monitoramento.

5. MODELO LÓGICO - ÁRVORE DE PROBLEMAS

O processo de construção dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-2019 teve início em novembro de 2011, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente - MMA e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e aconteceu de forma concomitante com o processo de atualização das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020.

Com o objetivo de contribuir para a internalização da agenda de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Governo Federal e também tornar mais rico e consistente o instrumento de planejamento, participaram do processo de construção, nas suas diferentes etapas, 20 ministérios e secretarias da Presidência da República e 13 órgãos vinculados.

Utilizou-se como referencial metodológico o Modelo Lógico, introduzido no governo brasileiro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e amplamente utilizado pelo Governo Federal para o planejamento, avaliação e monitoramento de Programas, desde o PPA 2008-2011.

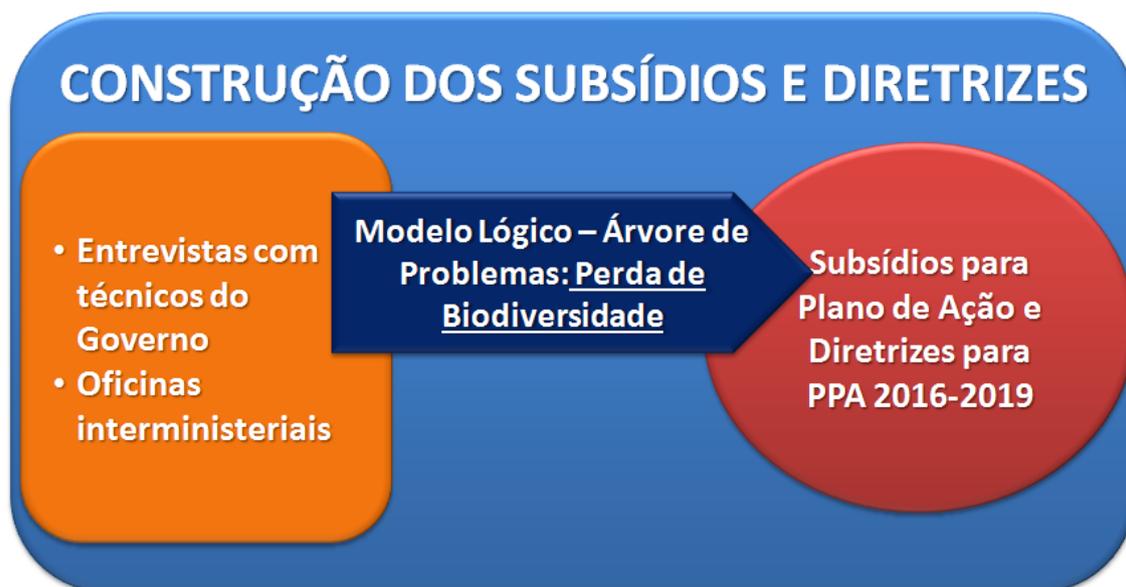


Figura 5: Processo de construção do Plano de Ação Governamental

Basicamente, o Modelo Lógico é uma maneira sistemática e visual para apresentar e compartilhar a compreensão das relações entre os recursos disponíveis para operar um programa, as atividades planejadas e as mudanças ou resultados objetivados.

Dentre as potencialidades do Modelo Lógico destacam-se a construção de um entendimento comum sobre o problema em análise, a clareza e a objetividade na abordagem e a exposição das principais relações causais dos problemas levantados e, por consequência, a identificação dos principais pontos que necessitam ser combatidos para resolução e/ou mitigação do problema.

A metodologia proposta buscou integrar um intenso processo participativo para a construção do Modelo com uma orientação para resultados que deverá envolver o compartilhamento de ações de diversas áreas do governo federal com foco na redução das causas da perda de biodiversidade.

Durante a aplicação do Modelo Lógico foram identificados pontos para aperfeiçoamento no método adotado que necessitaram de ajustes, adequações e recomendações para sua aplicação neste contexto.

Tabela 6: Adequações metodológicas adotadas

Questões Metodológicas Identificadas (para ajustes)	Adequação Proposta
Construção de vinte modelos conceituais (árvores de problemas) para abranger todas as vinte Metas Nacionais.	Pactuar apenas um problema (perda de biodiversidade) capaz de abranger os demais inicialmente previstos como causas, consequências ou processos integrantes de seu modelo conceitual.
Proposição de modelo conceitual com base apenas no entendimento do MMA.	Estabelecer um processo para construção do modelo conceitual (árvore de problemas) que considere o entendimento das principais instituições do Governo Federal que tenham interface relevante com o tema conservação da biodiversidade.
Levantamento de ações de diversas áreas do governo federal voltadas à redução das causas da perda de biodiversidade durante o atual ciclo do PPA 2012-15, ao passo em que o Plano Estratégico vai até 2020.	Realizar levantamento preliminar de ações para construir subsídios para um Plano de Ação e diretrizes para o próximo ciclo do PPA (2016-19). Finalizar o Plano de Ação em 2016 com novo levantamento de ações durante o ciclo do PPA 2016-19.

A metodologia de elaboração foi então ajustada para aperfeiçoar as questões identificadas na aplicação do Modelo Lógico, de forma a adequá-lo à realidade do problema enfrentado e viabilizar a construção de subsídios, diretrizes e um Plano de Ação nas condições dadas. A seguir são apresentadas as etapas para este fim:

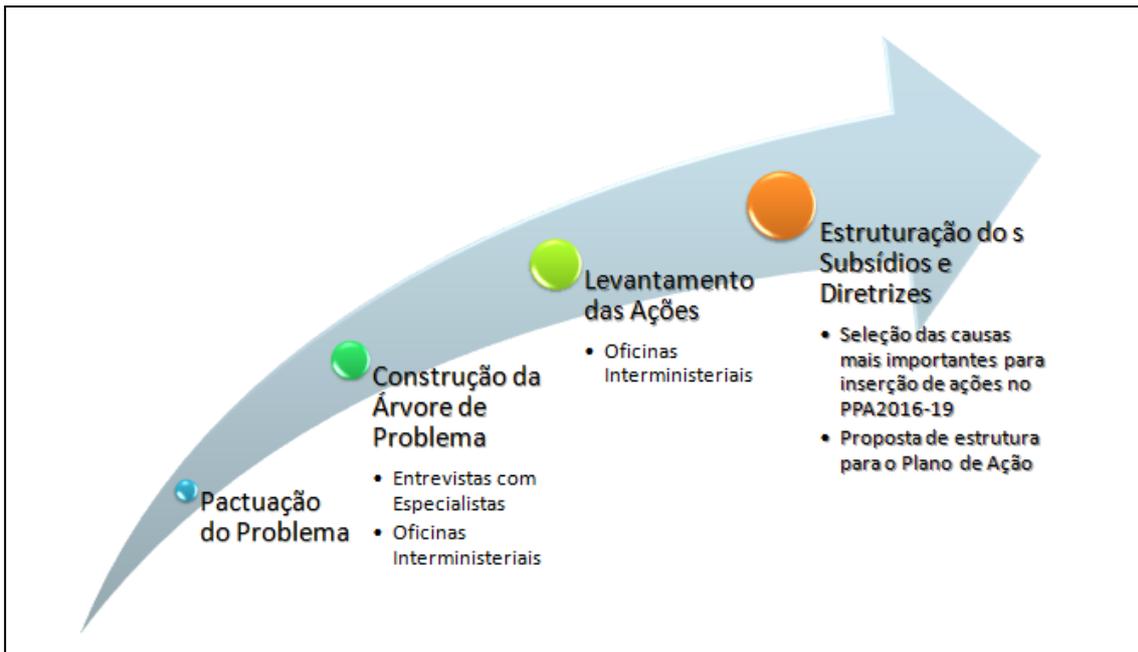


Figura 6: Etapas do processo de elaboração dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-2019

5.1. PACTUAÇÃO DO PROBLEMA

A partir da constatação da inviabilidade de construir o processo com vinte modelos conceituais diferentes relacionados às vinte Metas Nacionais de Biodiversidade, foi acordado um problema central: a Perda de Biodiversidade.

No desenvolvimento do modelo conceitual, que consistiu na construção da árvore de problemas para o problema da Perda de Biodiversidade, adotou-se uma abordagem ampla para possibilitar uma discussão intersetorial sobre as possíveis causas para o problema.

Desta forma, procurou-se contemplar nas causas relacionadas à Perda de Biodiversidade, elementos que pudessem contribuir com o alcance das vinte Metas Globais de Biodiversidade acordadas no âmbito da CDB (Metas de Aichi) e, por consequência, às vinte Metas Nacionais de Biodiversidade aprovadas no âmbito do CONABIO. Esta correlação entre as causas identificadas na construção e as metas de biodiversidade, realizada após a elaboração da árvore de problemas, deve ser utilizada para a priorização de ações na construção de um Plano de Ação para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.

5.2. CONSTRUÇÃO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS

Para promover a internalização da Estratégia Nacional de Biodiversidade nos setores do governo, a identificação das causas e consequências relacionadas ao problema Perda de Biodiversidade precisava refletir as visões do Governo Federal. Para tanto, foram entrevistados dezenove (19) dirigentes e pessoas chave integrantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos

vinculados (ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Agência Nacional das Águas), todas elas instituições que apresentavam interface com o tema conservação da biodiversidade para o entendimento da questão.

CAUSAS DE PERDA DE BIODIVERSIDADE

A partir das dezenove entrevistas foram identificadas 87 causas de perda de biodiversidade. A redação das causas identificadas nas entrevistas foi aprimorada de modo a possibilitar o agrupamento de ideias muito semelhantes e facilitar a montagem da árvore de problemas. No entanto, nos casos onde o agrupamento poderia resultar em perda de conteúdo, optou-se pela manutenção das causas de forma independente.

A lista de causas juntamente com a relação das consequências levantadas foi o ponto de partida para a construção da árvore de problemas.

CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE

Foram identificadas 26 consequências do processo de perda de biodiversidade, sendo a extinção de espécies e a perda de conhecimento tradicional as mais perceptíveis, na opinião do Governo Federal.

EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

As entrevistas foram aproveitadas para se levantar expectativas em relação à elaboração de um Plano de Ação para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Uma das expectativas levantadas foi o desejo de se construir um plano que seja capaz de integrar e ser integrado (“plano de estado”), negociado e pactuado com todos os envolvidos.

5.2.1. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE

A análise de vulnerabilidade é uma ferramenta para identificar os elementos de invalidação das apostas contidas na estruturação do Modelo Lógico, decorrentes das assertivas “se - então” verificadas no teste de consistência. Eventuais fragilidades das apostas contidas nas ações para o alcance dos resultados pretendidos podem ser identificadas.

Durante a realização das entrevistas, as percepções sobre as vulnerabilidades tiveram ampla variação, mas a questão do isolamento da área ambiental de outras áreas foi convergente entre quase todos os entrevistados. Foram citadas questões como a inserção inadequada da temática ambiental na agenda do governo, a dificuldade em engajar setores com impactos na biodiversidade, o predomínio de um modelo de desenvolvimento socioeconômico sem uma perspectiva de sustentabilidade e de uma visão de curto prazo.

Os elementos de invalidação da hipótese estrutural identificados podem ser agrupados em duas categorias – processo de construção e implementação do plano, e elementos do contexto

– para serem considerados nas demais etapas da elaboração e também na implementação e monitoramento:

- Processo de construção e implementação do plano:
 - Falta de recursos financeiros;
 - Número excessivo de metas;
 - Falta de coordenação com outros setores;
 - Entendimento de que o plano é um produto final;
 - Plano deveria ser transformado em lei; e
 - Congresso deveria acompanhar sua execução.

- Elementos de contexto:
 - Mudança de Governo e/ou orientação política;
 - Baixos índices de educação;
 - Momento de crescimento econômico do país;
 - Crise econômica;
 - Ignorância da população sobre questões ambientais; e
 - Desconhecimento do que é biodiversidade, sua importância e valor.

5.2.2. PRÉ-MONTAGEM DA ÁRVORE DE PROBLEMAS

As causas e consequências levantadas nas entrevistas foram hierarquizadas em torno do problema central (Perda de Biodiversidade) sob o formato de árvore de problemas e dispostas em tarjetas que foram trabalhadas durante seis oficinas, envolvendo o Ministério do Meio Ambiente, órgãos vinculados, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI/MPOG, em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO.

Nas seis oficinas de trabalho realizadas de maio a setembro de 2012, foram discutidas e reconstruídas todas as relações causais, de acordo com o entendimento do grupo, buscando desta forma garantir coerência e consistência na pré-montagem do modelo (árvore de causas).

5.2.3. VALIDAÇÃO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS

A árvore de problemas construída nas oficinas de pré-montagem foi então submetida à validação pelos diferentes setores Governo Federal por meio das oficinas interministeriais.

Nesta fase, as relações causais identificadas durante as entrevistas e reconstruídas na pré-montagem foram revisadas, ajustadas e validadas junto aos representantes dos ministérios e órgãos vinculados presentes à oficina, resultando na construção da primeira versão da árvore de problemas.



Figura 7: Estrutura da Árvore de Problemas - Perda de Biodiversidade

A estrutura resultante do modelo conceitual para enfrentamento do problema da Perda de Biodiversidade ficou configurada a partir de três eixos estratégicos ou causas primárias que foram desdobradas e detalhadas em um conjunto de 158 causas até o sexto nível.

- Eixo 1 – Conservação: 33 causas;
- Eixo 2 – Habitat: 60 causas; e
- Eixo 3 – Valorização: 65 causas.

Tabela 7: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 1: Conservação

Eixo 1 – MODELO DE PRODUÇÃO E CONSUMO INCOMPATÍVEIS COM A CONSERVAÇÃO
1. PRODUÇÃO INCOMPATÍVEL COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
1.1 EXPANSÃO DESORDENADA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E AGROPECUÁRIA
1.2 MARCO REGULATÓRIO INADEQUADO PARA O ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE
1.3 IMPUNIDADE AOS ILÍCITOS AMBIENTAIS
1.4 PROCESSO PRODUTIVO POUCO DIVERSIFICADO
1.5 OBSOLECÊNCIA PROGRAMADA DE CURTO PRAZO
1.6 USO INADEQUADO DE RECURSOS NATURAIS
1.6.1 BAIXO CONHECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO DA BIODIVERSIDADE
1.6.2 BAIXA DISPONIBILIZAÇÃO DE ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
1.6.3 USO DE TECNOLOGIAS INADEQUADAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
1.7 ELEVADOS INCENTIVOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS PARA PADRÕES PRODUTIVOS INSUSTENTÁVEIS
1.8 POUCO INCENTIVO A PADRÕES DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS
1.9 BAIXO INCENTIVO A INOVAÇÃO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
1.10 DESCONSIDERAÇÃO DAS EXTERNALIDADES AMBIENTAIS DO PROCESSO PRODUTIVO
2. CONSUMO INSUSTENTÁVEL
2.1 BAIXA OFERTA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E SOCIOBIODIVERSIDADE
2.2 OFERTA INCIPIENTE DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS
2.3 PREÇOS MAIS ALTOS DOS PRODUTOS SUSTENTÁVEIS
2.4 BAIXA SENSIBILIZAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL
2.4.1 DESCONHECIMENTO DOS CICLOS DE VIDA DOS PRODUTOS PELOS CONSUMIDORES
2.5 BAIXA UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS PÚBLICAS
2.6 BAIXA REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE ESPECIALMENTE PARA CRIANÇAS
2.7 POUCOS INSTRUMENTOS QUE INCENTIVEM O CONSUMO CONSCIENTE
3. PRODUÇÃO EXTRATIVISTA INSUSTENTÁVEL
3.1 SOBREEXPLORAÇÃO DE RECURSOS MADEIREIROS E NÃO MADEIREIROS
3.2 BAIXA AGREGAÇÃO DE VALOR DOS PRODUTOS
3.3 DEFICIÊNCIA DE ALTERNATIVAS DE RENDA PARA POPULAÇÃO LOCAL
3.4 EXPLORAÇÃO INADEQUADA DA FAUNA E FLORA AQUÁTICA
3.4.1 SOBREPESCA
3.5 DIFICULDADE DE IMPLANTAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL
3.5.1 INADEQUAÇÃO DAS REGRAS E PROCEDIMENTOS DIFICULTAM O MANEJO FLORESTAL E DA FAUNA
3.6 CAPACIDADE TÉCNICA INCIPIENTE PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
3.7 BAIXA DISPONIBILIZAÇÃO DE ALTERNATIVAS À EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA

Tabela 8: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 2: Habitats

Eixo 2 – PERDA DEGRADAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DE HABITATS
1. COMPROMETIMENTO DA INTEGRIDADE ECOSSISTÊMICA
1.1. DESCARACTERIZAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS TERRESTRES
1.1.1. DESMATAMENTO (Possui detalhamento em outro plano)
1.1.2. INCÊNDIOS FLORESTAIS
1.1.2.1. INSUFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DE COMANDO E CONTROLE
1.1.2.2. GESTÃO TERRITORIAL INADEQUADA E INSUFICIENTE
1.1.3. EXPANSÃO DESORDENADA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E AGROPECUÁRIA
1.1.4. USO INADEQUADO DO SOLO URBANO E RURAL
1.1.4.1. DEFICIÊNCIA DE PLANEJAMENTO NA GESTÃO MUNICIPAL
1.2. DESCARACTERIZAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS
1.2.1. AQUICULTURA INSUSTENTÁVEL
1.2.2. USO INADEQUADO DO SOLO
1.2.3. OCUPAÇÃO DESORDENADA DA ORLA
1.2.4. PLANEJAMENTO INADEQUADO DE EMPREENDIMENTOS QUANTO AOS ASPECTOS AMBIENTAIS
1.2.5. BAIXO ÍNDICE DE REGULARIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS ANTIGAS
1.2.6. ACIDIFICAÇÃO DOS OCEANOS
1.2.7. USO INSUSTENTÁVEL DOS RECURSOS E ESPAÇOS MARINHOS
1.2.7.1. BAIXA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA BIODIVERSIDADE MARINHA E SERVIÇOS AMBIENTAIS
1.2.7.2. DEFICIÊNCIA E INSUFICIÊNCIA DE ARCABOUÇO LEGAL E ARRANJO INSTITUCIONAL
1.3. USO INSUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS
1.4. POLUIÇÃO
1.4.1. INSUFICIÊNCIA DE SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO
1.4.2. DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS
1.4.3. BAIXO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL
1.4.4. ATIVIDADES PRODUTIVAS ILEGAIS (MINERAÇÃO E OUTROS)
1.4.5. CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA E SOLO (AGROTÓXICOS E OUTROS)
1.4.5.1. USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS
1.5. DESERTIFICAÇÃO
1.6. BAIXA CONECTIVIDADE DOS ECOSSISTEMAS E HABITATS
1.6.1. POUCA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS
1.6.1.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA INSUFICIENTE E INEFICIENTE PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS
1.6.1.2. POUCA DISPONIBILIDADE DE SEMENTES E MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS
1.6.2. ELEVADO GRAU DE DEGRADAÇÃO DOS ELEMENTOS DE CONECTIVIDADE
1.6.3. FRAGMENTAÇÃO DE ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS
1.6.4. GESTÃO TERRITORIAL INSUFICIENTE E INADEQUADA
1.6.4.1. BAIXA IMPLEMENTAÇÃO DAS ZEES NOS ESTADOS
1.6.4.2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESPACIAL (TERRESTRE E AQUÁTICO) DESCONSIDERA A “ESCALA DE PAISAGEM”, A INTEGRIDADE E A CONECTIVIDADE
1.6.5. BAIXA CONECTIVIDADE DAS ÁREAS PROTEGIDAS
1.7. BAIXA REPRESENTATIVIDADE DOS ECOSSISTEMAS TERRESTRES E MARINHOS EM ÁREAS PROTEGIDAS
1.7.1. PLANEJAMENTO INADEQUADO DE EXPANSÃO DA ÁREA COBERTA PELAS UCS
1.7.2. POUCO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE SOBRE A IMPORTÂNCIA SÓCIOECONÔMICA DAS ÁREAS PROTEGIDAS
1.7.3. DIFICULDADE DE NEGOCIAÇÃO NA CRIAÇÃO DE UCS
1.7.4. POUCAS ÁREAS PROTEGIDAS EM ALGUNS BIOMAS E ÁREAS MARINHAS
1.8. BAIXO GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS UCS
1.8.1. GESTÃO INEFICIENTE DAS UCS (INFRAESTRUTURA, PESSOAL, RECURSOS E CAPACIDADES)
1.8.2. CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL DEFICIENTE

Tabela 9: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 2: Habitats (continuação)

2. INTRODUÇÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS
2.1. POUCA INFORMAÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DECORRENTES DAS ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS
2.2. BAIXO CONTROLE E MONITORAMENTO DAS ESPÉCIES EXÓTICAS
2.2.1. MARCO REGULATÓRIO DEFICIENTE E DESARTICULADO
2.2.2. BAIXA ARTICULAÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS
2.2.3. POUCO CONHECIMENTO SOBRE AS ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS EXISTENTES NO PAÍS
2.2.4. POUCO CONHECIMENTO DE MÉTODOS VIÁVEIS DE CONTROLE
2.2.5. INEFICIÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO
2.2.6. INSUFICIÊNCIA DOS PLANOS DE MANEJO E BAIXA IMPLEMENTAÇÃO DOS EXISTENTES
2.3. FALTA RESPONSABILIZAÇÃO DOS SETORES ENVOLVIDOS COM A INTRODUÇÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS
2.4. POUCA EFICIÊNCIA NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO
2.4.1. MARCO REGULATÓRIO DEFICIENTE E DESARTICULADO
2.4.2. BAIXA ARTICULAÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS
2.4.3. FISCALIZAÇÃO DEFICIENTE DA ÁGUA DE LASTRO E LIMPEZA DOS NAVIOS
2.4.4. POUCO CONHECIMENTO DOS PRINCIPAIS VETORES DE ENTRADA DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS NO PAÍS
2.4.5. INEFICIÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO

Tabela 10: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 3: Valorização

Eixo 3 – BAIXA VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO
1. BAIXO ESTÍMULO AO APROVEITAMENTO DAS ESPÉCIES NATIVAS NA ECONOMIA
1.1 BAIXA VALORIZAÇÃO DO USO DA BIODIVERSIDADE NA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
1.2 BAIXA ESTRUTURAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS
1.2.1 DEFICIÊNCIA DE ATER PARA PROJETOS COMUNITÁRIOS
1.2.2 BAIXO FOMENTO À ESTRUTURAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS COMUNITÁRIAS
1.2.3 CAPACITAÇÃO INSUFICIENTE DOS ATORES DA CADEIA PRODUTIVA (PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO)
1.2.4 INFRAESTRUTURA, CRÉDITO E ACESSO À TECNOLOGIA INSUFICIENTES
1.2.5 BAIXA INSERÇÃO NO MERCADO DOS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE E SOCIOBIODIVERSIDADE
1.2.5.1 BAIXA DEMANDA PARA OS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE E DA SOCIOBIODIVERSIDADE
1.2.6 BAIXA INTEGRAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL E OS PCTAFS
1.3 MODELO DE DESENVOLVIMENTO NÃO PRIORIZA ASPECTOS LOCAIS DA SOCIOBIODIVERSIDADE
1.4 INCENTIVOS FINANCEIROS, ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS LIMITADOS PARA ESTIMULAR A CONSERVAÇÃO, PRODUÇÃO E USO SUSTENTÁVEL
1.5 BAIXO APROVEITAMENTO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL
1.6 BAIXO INCENTIVO A PRODUÇÃO AGROSILVOPASTORIL COMO FORMA DE AUMENTO DE RENDA E MANUTENÇÃO DA FLORESTA EM PÉ
1.7 BAIXO CONHECIMENTO POR PARTE DO CONSUMIDOR SOBRE OS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE
2. PERDA PROGRESSIVA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL
2.1 EVASÃO DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA OUTRAS ATIVIDADES PRODUTIVAS LOCAIS
2.1.1 ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS QUE CONCORREM COM A PRÁTICA TRADICIONAL
2.1.1.1. BAIXO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO VOLTADO PARA PRÁTICAS TRADICIONAIS
2.1.2 BAIXA QUALIDADE DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
2.1.2.1 DIFICULDADE DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, PROGRAMAS DE GOVERNO, ETC)
2.1.2.2 BAIXA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIFERENCIADAS PARA ATENDER DEMANDAS DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
2.1.2.3 BAIXA EFETIVIDADE NA GARANTIA DE DIREITOS AOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS
2.1.2.3.1 BAIXA CONSOLIDAÇÃO DAS UCS DE USO SUSTENTÁVEL EXISTENTES
2.1.2.3.2 MOROSIDADE NA CRIAÇÃO DE UCS COM DEMANDAS SOCIAIS
2.1.2.3.3 BAIXA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS AMBIENTALMENTE DIFERENCIADOS.
2.1.2.4 DEFICIÊNCIA NO APOIO À GESTÃO INTEGRADA DOS TERRITÓRIOS
2.2 PERDA DE ESPÉCIES NATIVAS DECORRENTES DA INTRODUÇÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS
2.3 PERDA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS (CONCEITO DECRETO 6040)
2.4 BAIXA EFETIVIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ÂMBITO DOS PCTAFS
2.5 INVISIBILIDADE DOS DIFERENTES SEGMENTOS DE PCTS (QUEM SÃO? QUANTOS SÃO? ONDE ESTÃO?)
3. BAIXO GRAU DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS (MONETÁRIOS E NÃO MONETÁRIOS) PELO ACESSO A RG E CTA
3.1 MARCO REGULATÓRIO DE ACESSO AOS RECURSOS GENÉTICOS INADEQUADOS
3.2 BAIXA SEGURANÇA JURÍDICA EM ESCALA INTERNACIONAL PARA ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS
3.2.1 AUSÊNCIA DE UM MARCO LEGAL INTERNACIONAL EM VIGOR
3.2.2 NÃO RECONHECIMENTO PELO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL INTERNACIONAL DOS OBJETIVOS DA CDB.
3.3 SISTEMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO POUCO EFETIVO
4.2.2 BAIXA INTEGRAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL PELA ACADEMIA
4.2.3 INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS PARA A GERAÇÃO DE CONHECIMENTO
4.2.4 DEFICIÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS E COLEÇÕES BIOLÓGICAS PARA PESQUISA
4.2.5 ACERVOS EX SITU NÃO VALORIZADOS (COLEÇÕES BIOLÓGICAS)
4.3 INSUFICIÊNCIA DE MONITORAMENTO PERMANENTE E PADRONIZADO
4.3.1 INICIATIVAS DESARTICULADAS DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Tabela 11: Causas da Perda de Biodiversidade - Eixo 3: Valorização (continuação)

4.3.2 POCOS DADOS SISTEMATIZADOS
4.3.3 INFRAESTRUTURA INSUFICIENTE
4.4 INFORMAÇÃO INSUFICIENTE SOBRE A BIODIVERSIDADE PARA DIFERENTES SEGMENTOS DA SOCIEDADE
4.4.1 DEFICIÊNCIA NA ABORDAGEM TEMÁTICA DIFERENCIADA PARA OS DIVERSOS PÚBLICOS
4.4.2 CAPACITAÇÃO INSUFICIENTE DOS AGENTES DA BIODIVERSIDADE SOBRE COMO COMUNICAR
4.4.3 INABILIDADE DO GOVERNO E DA ACADEMIA EM COMUNICAR PARA A SOCIEDADE O VALOR DA BIODIVERSIDADE
4.4.4 POUCA SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A BIODIVERSIDADE
4.5 BAIXO CONHECIMENTO DO VALOR ECONÔMICO E ESTRATÉGICO DA BIODIVERSIDADE
4.5.1 DIFICULDADE DE VALORAR A BIODIVERSIDADE E OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS
4.6 POUCO RECONHECIMENTO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL
4.7 BAIXO CONHECIMENTO TAXONÔMICO

A árvore de problemas construída nas oficinas interministeriais passou por um conjunto de revisões. A natureza das alterações foi basicamente dos seguintes tipos:

- Adequações dos textos das causas de forma a tornar mais claras as relações com os problemas decorrentes da perda de biodiversidade;
- Eliminação de causas repetidas ou redundantes no mesmo ramo da árvore; e
- Inclusão dos significados das siglas utilizadas na árvore.

A árvore de problemas com seus três eixos está apresentada nas figuras a seguir.

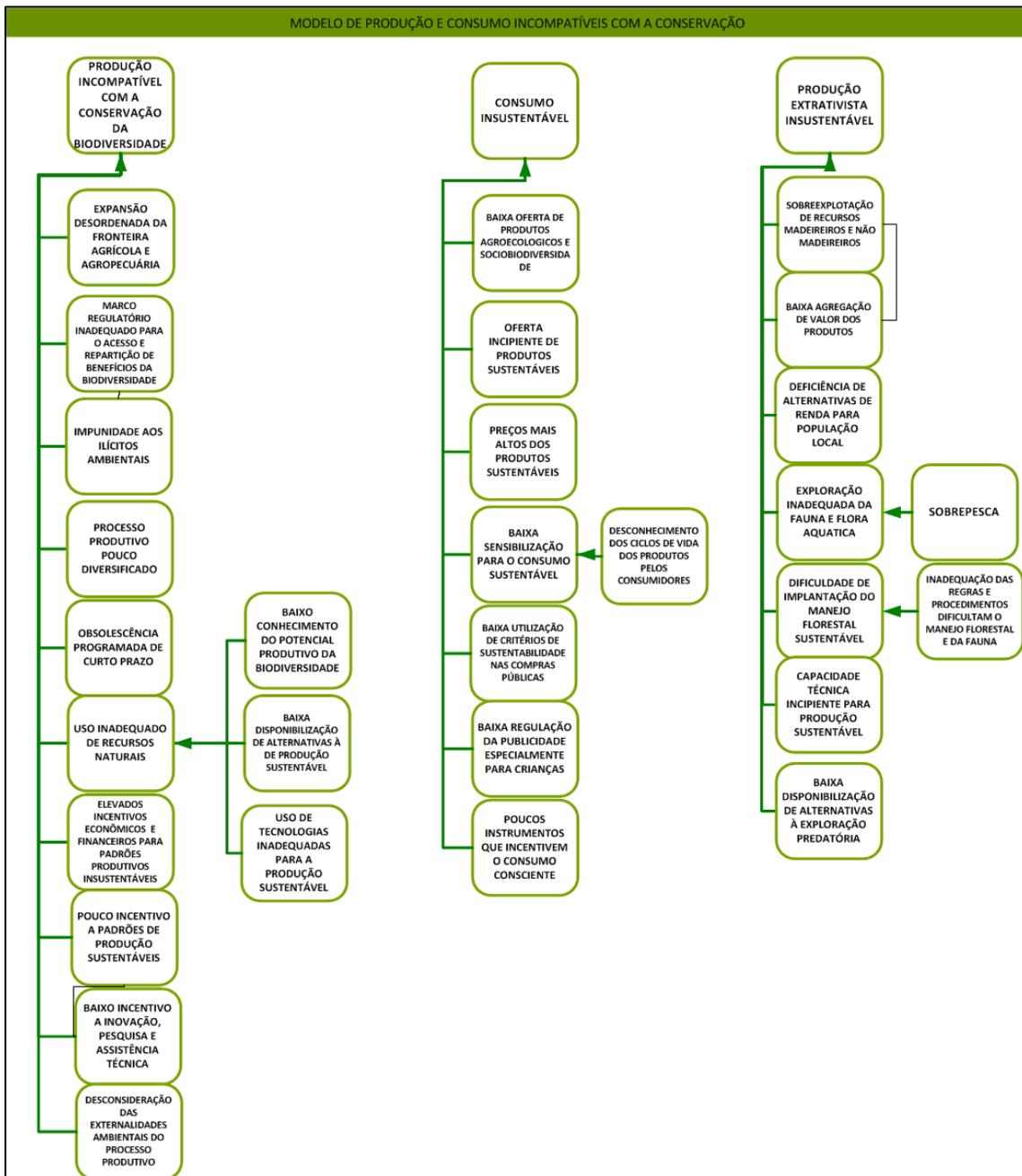


Figura 8: Árvore de Problema Perda de Biodiversidade - Eixo 1: Conservação

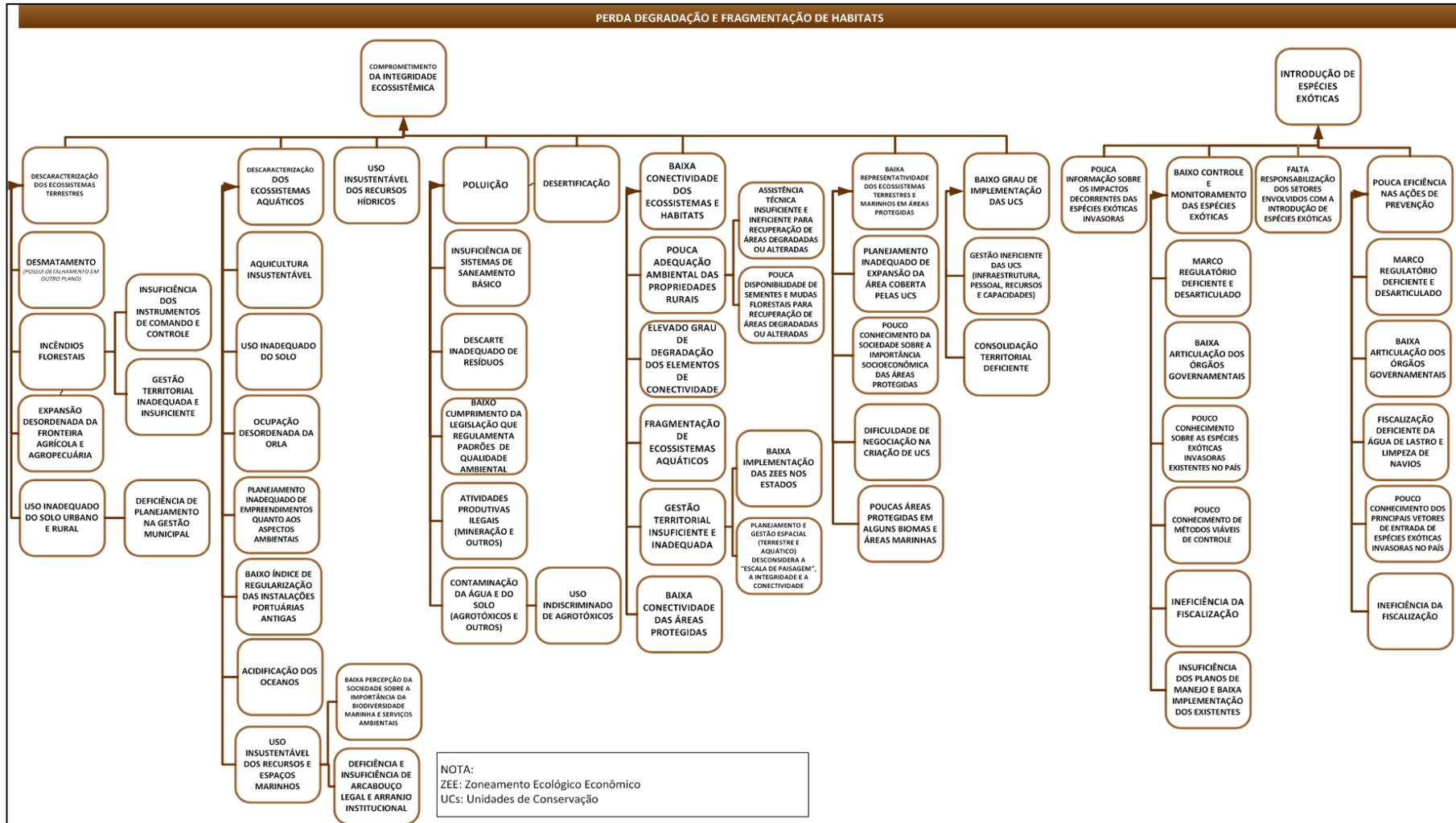


Figura 9: Árvore de Problema Perda de Biodiversidade - Eixo 2: Habitats

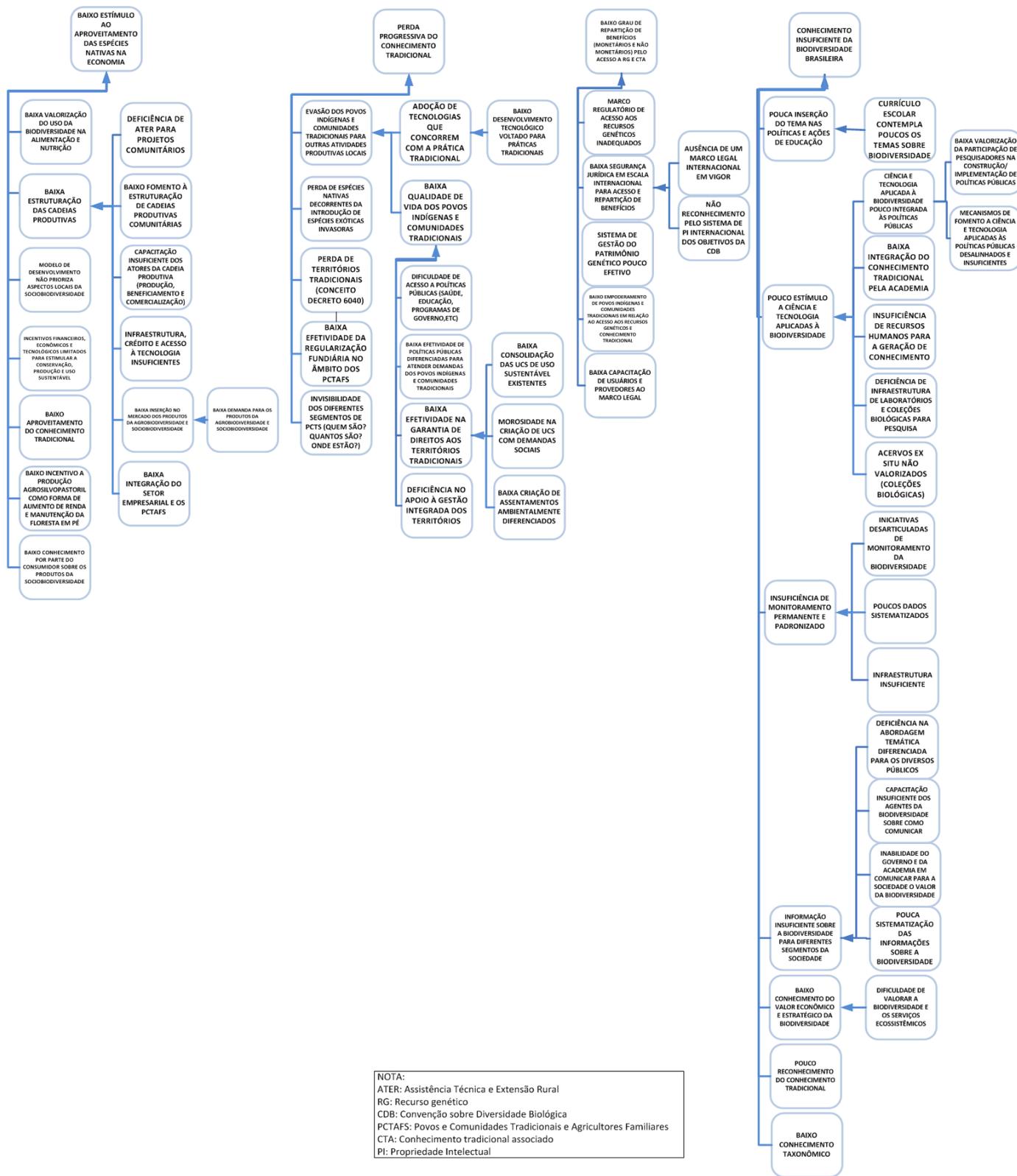


Figura 10: Árvore de Problema Perda de Biodiversidade - Eixo 3: Valorização

5.3. PRIORIZAÇÃO DAS CAUSAS

Para priorizar atividades que serão levantadas para a constituição do Plano de Ação, foi realizada uma correlação entre as Metas Nacionais de Biodiversidade e as causas agrupadas nos três eixos da árvore de problemas.

MATRIZ DE CORRELAÇÃO – CAUSAS x METAS NACIONAIS		METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE																				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
EIXOS	Causas																					
1. Modelo de Produção e Consumo Incompatível com a Conservação	33 Causas																					
2. Perda, Degradação e Fragmentação de Habitats	60 Causas																					
3. Baixa Valorização da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado	65 Causas																					

Figura 11: Matriz de correlação Causas da Perda de Biodiversidade x Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020

Um dos resultados da correlação é apresentado no gráfico a seguir, com a totalização das causas relacionadas a cada Meta. Apenas a Meta Nacional número 20, relacionada à mobilização de recursos para a Estratégia Nacional, não foi relacionada a nenhuma das causas identificadas, por tratar-se de meta transversal e estrutural.

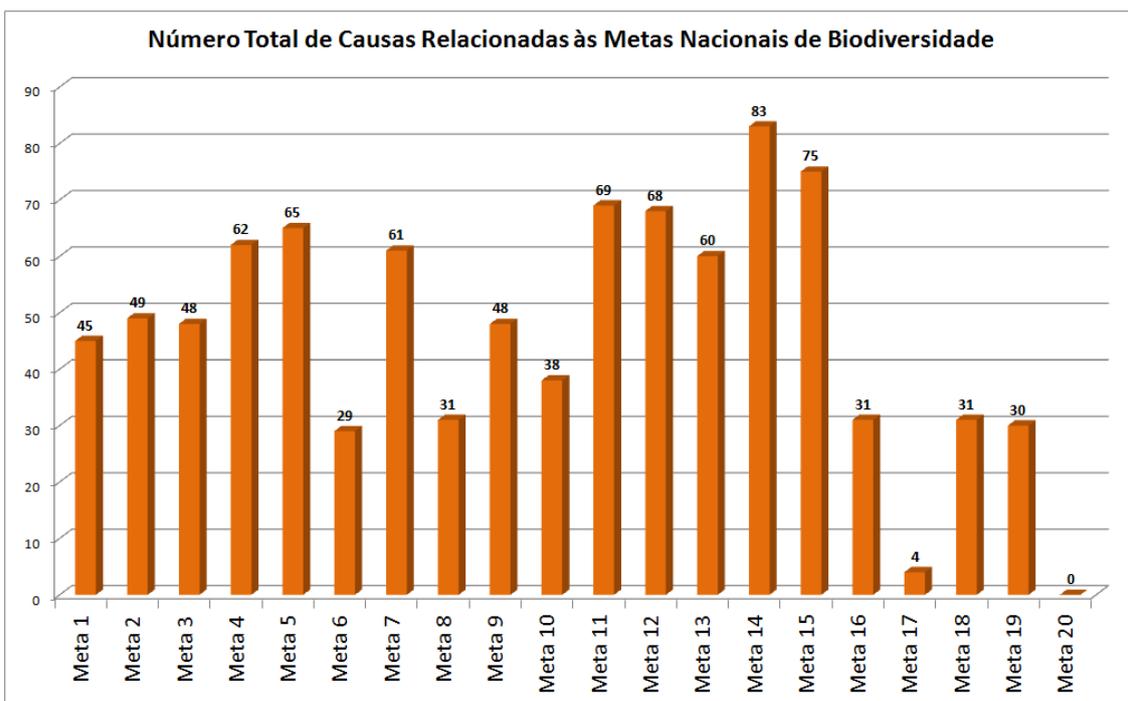


Figura 12: Gráfico do número total de causas relacionadas a cada Meta Nacional de Biodiversidade

A correlação realizada entre as Metas Nacionais de Biodiversidade e a árvore de problemas evidenciou as causas mais relevantes para o alcance do conjunto das Metas Nacionais, uma vez que o método de priorização adotou a seleção de 25% das causas com maior pontuação (após ponderação) em cada eixo. Este resultado poderá servir de subsídios para a inserção de ações prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade pelos ministérios na construção do próximo PPA 2016-19.

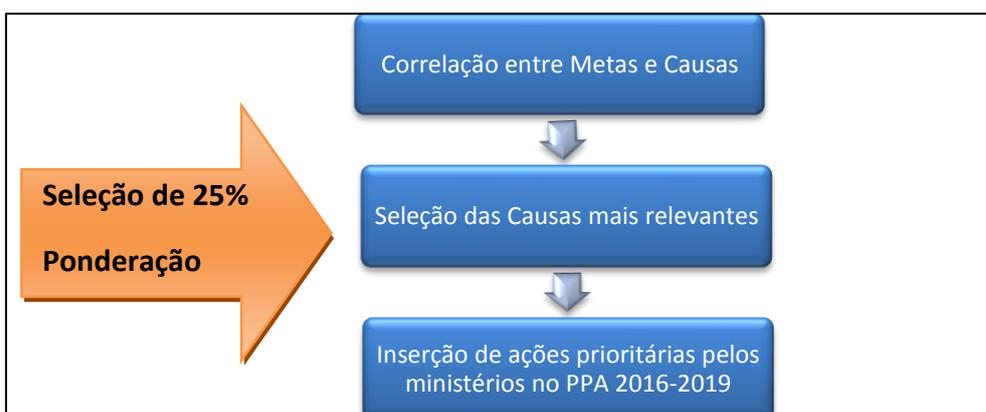


Figura 13: Processo de priorização das causas

A análise da contribuição das causas em relação às Metas utilizou um critério de ponderação de forma a reconhecer a importância das causas hierarquicamente superiores na árvore de problemas, de acordo com:

Tabela 12: Critério de ponderação utilizado na priorização de causas

NÍVEL DAS CAUSAS	PESOS UTILIZADOS		
	EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3
Primária	4	5	6
Secundária	3	4	5
Terciária	2	3	4
Quaternária	1	2	3
Quinária	--	1	2
Sexto	--	--	1

Os resultados da seleção de 25%, número total de causas, número de causas priorizadas e a lista das causas priorizadas, são apresentados a seguir para cada um dos eixos da árvore de problemas.

Tabela 13: Causas priorizadas Eixo 1

EIXO 1: Produção e Consumo Sustentáveis	
Nº Causas Originais = 33 causas	
Nº Causas Priorizadas = 10 causas	
Nº	Descrição
1.1	Produção Incompatível com a Conservação da Biodiversidade
1.1.1	Expansão Desordenada da Fronteira Agrícola e Agropecuária
1.1.3	Impunidade aos Ilícitos Ambientais
1.1.6.1	Baixo conhecimento do potencial produtivo da biodiversidade
1.1.8	Pouco incentivo a padrões de produção sustentáveis
1.1.9	Baixo incentivo a inovação, pesquisa e assistência técnica
1.3	Produção extrativista insustentável
1.3.1	Sobre exploração de recursos madeireiros e não madeireiros
1.3.4	Baixa agregação de valor dos produtos
1.3.2	Exploração inadequada da fauna e flora aquática

Tabela 14: Causas priorizadas Eixo 2

EIXO 2: Conservação de ecossistemas	
Nº Causas Originais = 62 causas	
Nº Causas Priorizadas = 16 causas	
Nº	Descrição
2.1	Comprometimento da integridade Ecosistêmica
2.1.1	Descaracterização dos ecossistemas terrestres
2.1.1.3	Incêndios florestais
2.1.1.4	Expansão desordenada da fronteira agrícola e agropecuária
2.1.2	Descaracterização dos ecossistemas aquáticos
2.1.2.1	Aquicultura insustentável
2.1.3	Uso insustentável dos recursos hídricos
2.1.4	Poluição
2.1.4.5	Contaminação da água e do solo (agrotóxicos e outros)
2.1.5	Desertificação
2.1.6	Baixa conectividade dos ecossistemas e habitats
2.1.6.1	Pouca adequação ambiental das propriedades rurais
2.1.7	Baixa representatividade dos ecossistemas terrestres e marinhos em áreas protegidas
2.1.8	Baixo Grau de implementação das UCs
2.2	Introdução de Espécies Exóticas
2.2.2	Baixo controle e monitoramento das espécies exóticas

Tabela 15: Causas priorizadas Eixo 3

EIXO 3: Promoção dos valores da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado	
Nº Causas Originais = 63 causas	
Nº Causas Priorizadas = 15 causas	
Nº	Descrição
3.1	Baixo estímulo ao aproveitamento das espécies nativas na economia
3.1.1	Baixa valorização do uso da biodiversidade na alimentação e nutrição
3.1.3	Modelo de desenvolvimento não prioriza aspectos locais da sociobiodiversidade
3.1.4	Incentivos financeiros, econômicos e tecnológicos limitados para estimular a conservação, produção e uso sustentável
3.1.5	Baixo aproveitamento do conhecimento tradicional
3.2	Perda progressiva do conhecimento tradicional
3.2.1	Evasão dos povos indígenas e comunidades tradicionais para outras atividades produtivas locais
3.2.3	Perda de territórios tradicionais (conceito decreto 6040)
3.2.4	Baixa efetividade da regularização fundiária no âmbito dos PCTAFs
3.3	Baixo grau de repartição de benefícios (monetários e não monetários) pelo acesso a RG e CTA
3.4	Conhecimento Insuficiente da biodiversidade brasileira
3.4.2	Pouco estímulo a ciência e tecnologia aplicadas à biodiversidade
3.4.3	Insuficiência de monitoramento permanente e padronizado
3.4.5	Baixo conhecimento do valor econômico e estratégico da biodiversidade
3.4.6	Pouco reconhecimento do conhecimento tradicional

Outra maneira de representar o resultado do processo de priorização é a partir do redesenho dos três eixos da árvore de problemas construída e validada durante a primeira oficina interministerial, apresentando em destaque as causas mais relevantes.

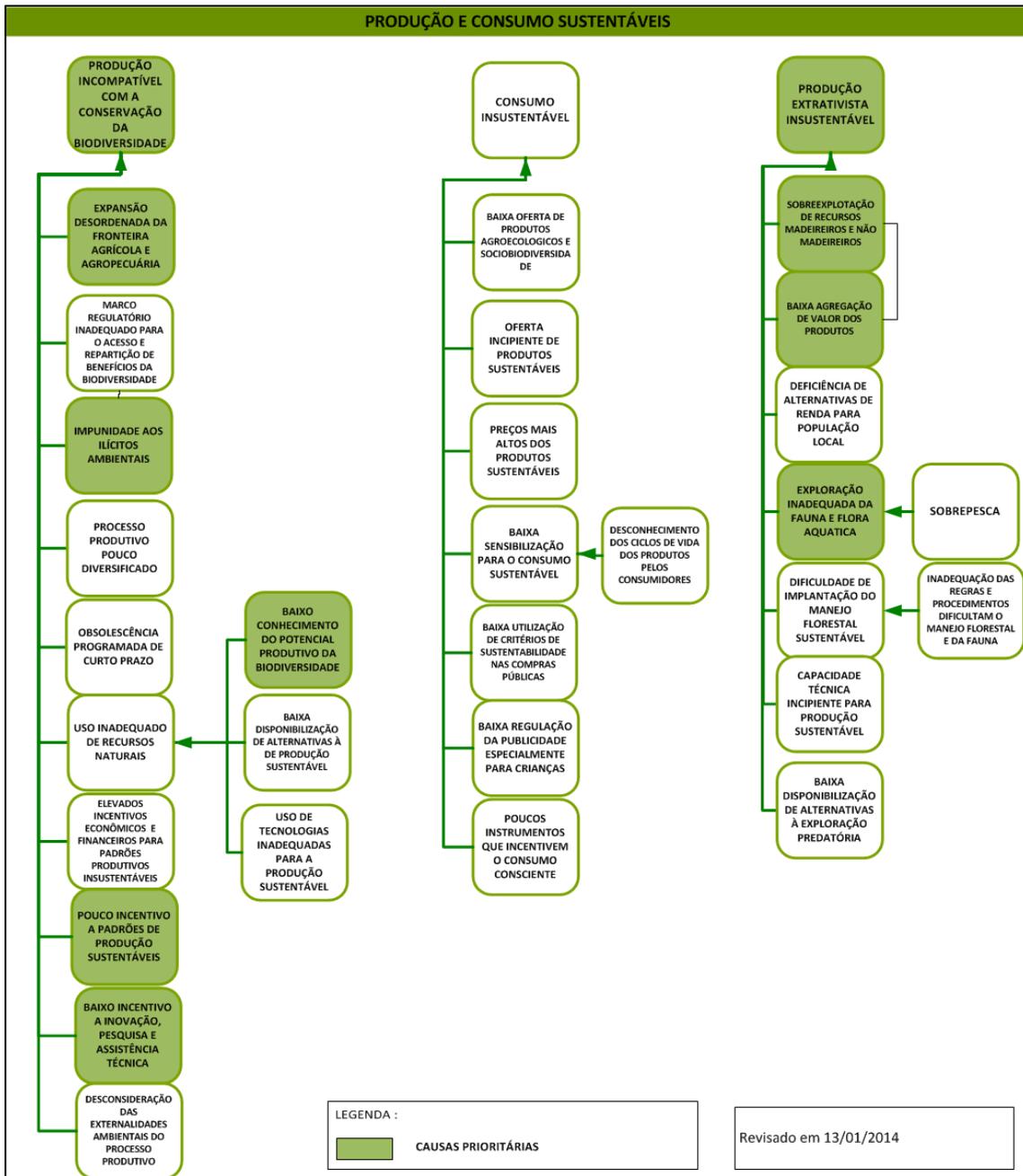


Figura 14: Árvore de Problemas com Causas Priorizadas - Eixo 1

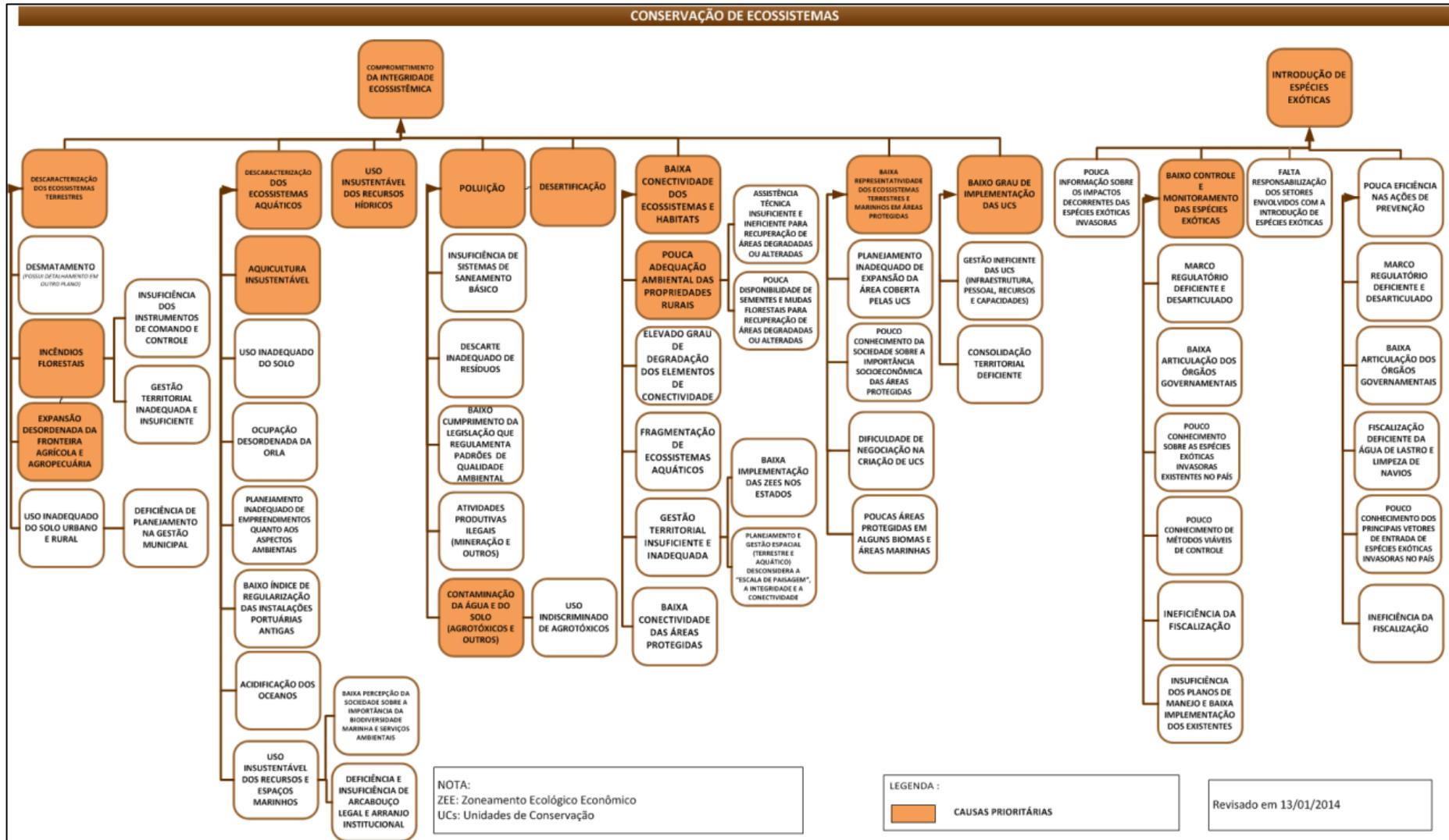


Figura 15: Árvore de Problemas com Causas Priorizadas - Eixo 2

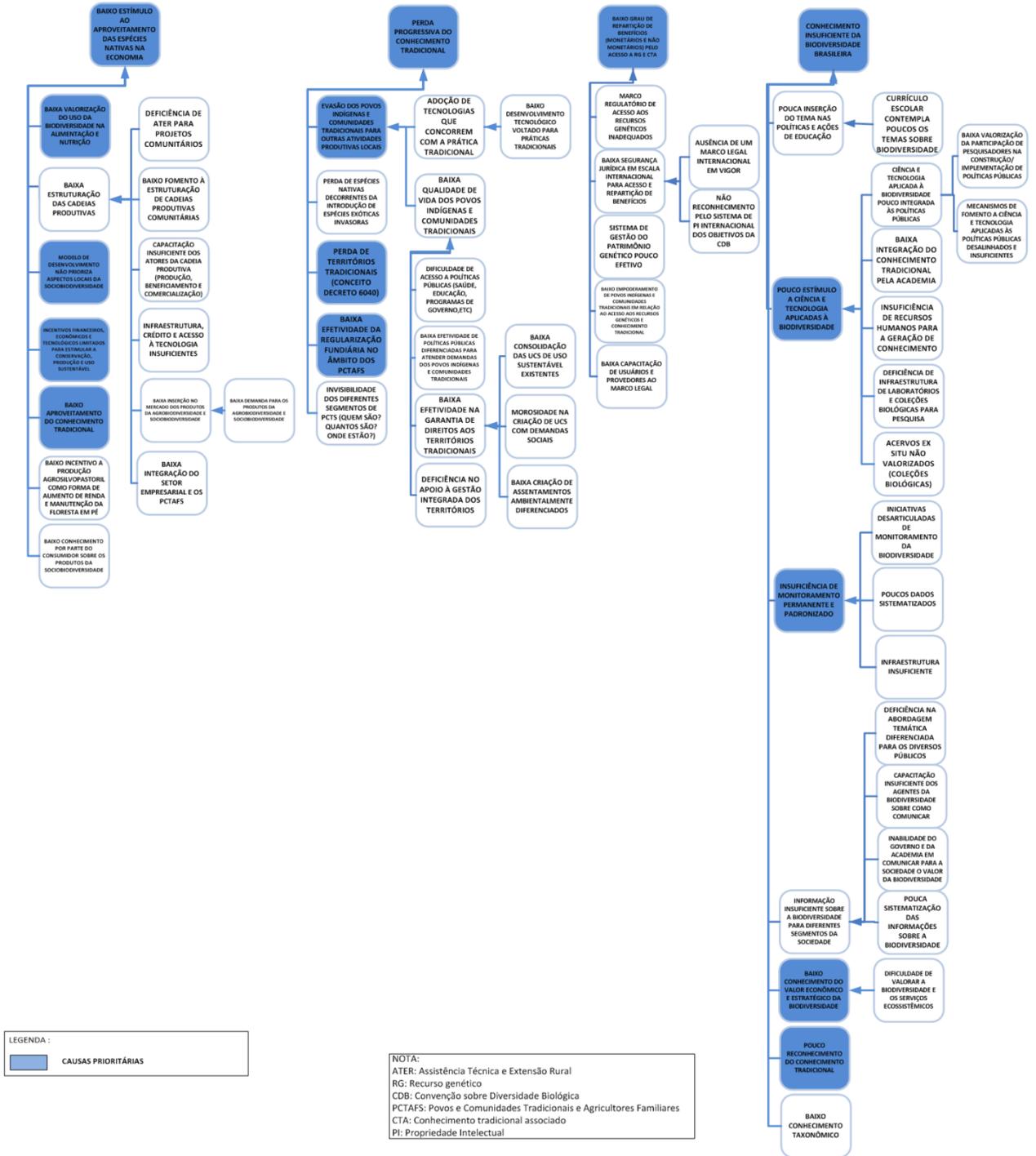


Figura 16: Árvore de Problemas com Causas Priorizadas - Eixo 3

5.4. ANÁLISE DE SUFICIÊNCIA – LEVANTAMENTO E AGREGAÇÃO DE AÇÕES

A análise de suficiência objetiva identificar se as ações constantes de um Plano de Ação serão capazes de contribuir efetivamente para a eliminação das causas de perdas de biodiversidade e desta forma para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Durante as oficinas interministeriais, foi realizado um levantamento preliminar de ações de diversas áreas do governo federal com foco na redução das causas da perda de biodiversidade. Em função da quantidade e diversidade de ações apresentadas, foi adotado um método que se baseia na classificação das ações por tipo, que tem como objetivo viabilizar a análise de suficiência com um maior grau de agregação, identificando os tipos mais predominantes em cada um dos eixos da árvore de problemas assim como os tipos considerados mais impactantes para a eliminação das causas prioritárias.

A classificação das ações por tipo foi realizada a partir da análise individual de cada atividade apresentada e do seu agrupamento em tipos com os quais apresentaram maior afinidade. Foram identificados quarenta (40) tipos diferentes de atividades dentre o conjunto de 1303 ações recolhidas junto aos ministérios e órgãos vinculados. Os tipos de atividades a serem utilizados para a análise de suficiência de um Plano de Ação são apresentados abaixo, juntamente com uma breve descrição para facilitar sua identificação e classificação.

Tabela 16: Tipos de Atividades identificadas no Plano de Ação

TIPO DE ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Acesso a crédito	Promover e/ou facilitar o acesso a crédito e financiamento
Acesso a políticas públicas	Promover e/ou facilitar o acesso a políticas públicas
Arranjos e cadeias produtivas	Promover, incentivar e/ou apoiar arranjos e cadeias produtivas
Assistência técnica	Disponibilizar assistência técnica e extensão
Associativismo e cooperativismo	Apoiar, promover e/ou incentivar o associativismo ou cooperativismo
Autorização, anuência e licenciamento	Emitir autorizações, anuências e/ou licenciamentos
Avaliação e monitoramento	Desenvolver e/ou implementar mecanismos para avaliação e monitoramento da biodiversidade
Capacitação	Realizar ações de capacitação, treinamento e desenvolvimento de competência
Certificação e garantia da qualidade	Promover e/ou apoiar a implementação de mecanismos de garantia da qualidade, incluindo a certificação
Consultas públicas e instâncias participativas	Realizar consultas públicas e/ou implantar instâncias participativas
Criação e gestão de UCs	Criar e gerir unidades de conservação
Desenvolvimento e difusão de tecnologia	Desenvolver, implantar, apoiar, divulgar e/ou disseminar tecnologias
Diagnóstico e mapeamento	Realizar diagnósticos, mapeamentos e/ou inventários
Educação ambiental	Realizar atividades de educação ambiental
Educação formal e informal	Realizar atividades de educação formal e informal, envolvendo ensino fundamental, médio, técnico e superior
Estudos, pesquisa e desenvolvimento	Realizar estudos, pesquisa e/ou desenvolvimento de conhecimentos científicos
Fiscalização e controle	Inspecionar, fiscalizar e/ou controlar atividades, setores e/ou usos de recursos
Fomento à comercialização	Apoiar, promover e/ou incentivar atividades de comercialização
Fomento à produção	Apoiar, promover e/ou incentivar atividades de produção

Tabela 17: Tipos de Atividades identificadas no Plano de Ação (continuação)

TIPO DE ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Fomento à produção sustentável	Apoiar, promover e/ou incentivar atividades de produção sustentável
Formulação e implementação de políticas	Elaborar, formular e/ou propor políticas, bem como viabilizar a sua implementação
Funcionamento e operação	Operacionalizar, manter e/ou prover o funcionamento de estruturas
Gerenciamento de riscos	Gerenciar riscos (probabilidades e consequências) de desastres naturais relevantes para a conservação
Gestão do conhecimento	Identificar, sistematizar e disseminar conhecimentos para a conservação, incluindo divulgar, publicar e/ou comunicar diretrizes, resultados e/ou informações relevantes
Gestão recursos genéticos	Administrar recursos genéticos relevantes
Incentivos financeiros	Promover incentivos financeiros e/ou subvenções
Manejo	Realizar o manejo de espécies e/ou ecossistemas
Metodologia, parâmetros e critérios técnicos	Desenvolvimento e/ou elaboração de metodologias, parâmetros e/ou critérios técnicos
Negociações e articulações	Realizar negociações nacionais e/ou internacionais, bem como articulações
Obras	Projetar, executar e/ou implantar infraestruturas
Ordenamento profissional	Regularizar e/ou ordenar categorias profissionais
Planejamento	Elaborar e/ou formular planos
Planejamento e ordenamento territorial	Elaborar e/ou formular planos para o uso ordenado do território, regularizar e/ou ordenar o uso do território
Projetos	Elaborar e/ou implantar projetos, inclusive pilotos
Redes	Criar, apoiar e/ou desenvolver articulações em formato de redes
Regulamentação	Elaborar os marcos legais e/ou promover a regulamentação de atividades e setores
Repartição de benefícios	Promover a repartição de benefícios decorrentes do acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado
Restauração e recuperação	Restaurar, revitalizar, recuperar e/ou restaurar condições e/ou territórios
Sistemas de informação	Desenvolver, implantar, integrar e/ou gerir sistemas de informação
Unidade produtora ou demonstrativa	Implantar unidades produtoras e/ou demonstrativas

Foi realizada uma correlação entre as causas da perda de biodiversidade em cada um dos eixos da árvore de problemas com os tipos de atividades, que permitiu a identificação daqueles tipos considerados mais impactantes para cada eixo. A priorização destas categorias (tipos) de atividades permite identificar conjuntos de atividades que possuem maior capacidade de enfrentar as causas da perda de biodiversidade para cada um dos eixos, e desta forma, no escopo da preparação do Plano de Ação, representam um importante critério de seleção das atividades mais críticas para implementação e para o monitoramento.

Para o Eixo 1 – Produção e Consumo Sustentável - foram apontados os seguintes tipos como mais impactantes:

- Assistência técnica;
- Educação ambiental;
- Fomento à produção sustentável;
- Incentivos financeiros;
- Regulamentação; e
- Unidades produtoras e/ou demonstrativas.

Para o Eixo 2 – Conservação de Ecossistemas - foram apontados os seguintes tipos como mais impactantes:

- Autorização, anuência e licenciamento;
- Criação e gestão de UCs;
- Planejamento e ordenamento territorial;
- Restauração e recuperação;
- Regulamentação;
- Diagnóstico e mapeamento;
- Educação ambiental;
- Fiscalização e controle;
- Fomento à produção sustentável;
- Assistência técnica; e
- Manejo.

Para o Eixo 3 – Promoção dos Valores da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado - foram apontados os seguintes tipos como mais impactantes:

- Desenvolvimento e difusão de tecnologia;
- Estudos, pesquisas e desenvolvimento;
- Incentivos financeiros;
- Fomento à produção sustentável;
- Gestão do conhecimento;
- Repartição de benefícios;
- Avaliação e monitoramento; e
- Formulação e implementação de políticas.

A análise de suficiência se estrutura a partir das relações de causa/efeito identificadas entre as causas presentes nos eixos da árvore de problemas e a quantidade e qualidade das ações a serem levantadas para os tipos (classificações) de atividades mais impactantes.

6. SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL E DIRETRIZES PARA O PPA 2016-19: CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

6.1. PROPOSTA DE ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO

De acordo com as orientações do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, o Plano de Ação é o veículo para a implementação da Estratégia Nacional de Biodiversidade, pois informa como vamos chegar aonde queremos ir.

O Plano de Ação precisa responder a pergunta: o que precisa e pode ser realizado para que as Metas Nacionais de Biodiversidade 2020 sejam alcançadas.

Para atender a esta expectativa, o Plano de Ação deve apostar no processo de construção apresentado anteriormente e em uma estrutura de organização do seu conteúdo que facilite sua implementação e seu monitoramento.

O formato adotado para a estruturação deve considerar a hierarquia estabelecida pelas causas das árvores de problemas, traduzindo-a nos níveis de agregação do planejamento, a partir da conversão das causas em resultados a serem alcançados.

Desta forma, o enfrentamento das causas da árvore de problemas representa os resultados a serem buscados pelo Plano de Ação e explicita a estratégia para reverter a perda de biodiversidade brasileira.

O Plano de Ação deverá ser estruturado da seguinte forma:

- 1) Eixos do Plano de Ação: constituídos pela estrutura dos três eixos da árvore de problemas construída;
- 2) Objetivos Estratégicos: constituídos pelas causas primárias reescritas como resultados estratégicos a serem alcançados para o seu enfrentamento;
No caso do Eixo 2, em função da sua estrutura, na causa primária 2.1. “Comprometimento da Integridade Eossistêmica”, deve ser adotada uma organização diferenciada onde as causas secundárias serão utilizadas como Objetivos Estratégicos para organizar as atividades e manter a estrutura do Plano de Ação.
- 3) Contribuições para as Metas Nacionais: sinalização das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 impactadas com o alcance do Objetivo Estratégico;
- 4) Causas da Perda de Biodiversidade Priorizadas: identificação das causas da perda de biodiversidade relacionadas ao objetivo estratégico que foram priorizadas;

Planejamento das Atividades: Exemplos de atividades previstas no PPA 2012-2015 são apresentados:

- 5) Atividades Planejadas: descrição das atividades, iniciativas ou mesmo programas;
- 6) Órgão Responsável: identificação do órgão responsável pela execução da atividade;
- 7) Parceiros: apresentação de outros órgãos e instituições que participam da realização da atividade e/ou que precisarão ser articulados para viabilizar a sua implementação;

- 8) Orçamento PPA: indicação do recurso orçamentário previsto no Orçamento para a atividade, considerando não o investimento total da ação, mas o valor referente àquele recorte que impacta a perda da biodiversidade referente ao prazo necessário para a execução da iniciativa;
- 9) Outros Orçamentos (R\$): indicação dos recursos extra orçamentários previstos para a atividade.

Os campos do Plano de Ação serão preenchidos a partir das informações disponibilizadas pelos órgãos do governo federal.

As siglas utilizadas para preencher a falta de informação disponibilizada ou a não aplicabilidade da informação são:

NI: Não informado

NA: Não aplicável

1	EIXO:			
2	OBJETIVO ESTRATÉGICO:			
3	CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS			
	1	2	3	4
	5	6	7	8
	9	10	11	12
	13	14	15	16
	17	18	19	20
4	CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)			

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES PLANEJADAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	ORÇAMENTO PPA (R\$)	OUTROS ORÇAMENTOS (R\$)
5	6	7	8	9

Figura 17: Modelo do Plano de Ação

EIXO 1: PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Um modelo para a construção do Plano de Ação Governamental é apresentado a seguir para Eixo Estratégico1: Produção e Consumo Sustentáveis.

1. EIXO: PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

1.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO: COMPATIBILIZAR A PRODUÇÃO COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

CONTRIBUIÇÕES PARA AS METAS DE BIODIVERSIDADE 2020			
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20

CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)	
1.1	Produção Incompatível com a Conservação da Biodiversidade
1.1.1	Expansão Desordenada da Fronteira Agrícola e Agropecuária
1.1.3	Impunidade aos Ilícitos Ambientais
1.1.6.1	Baixo conhecimento do potencial produtivo da biodiversidade
1.1.8	Pouco incentivo a padrões de produção sustentáveis
1.1.9	Baixo incentivo a inovação, pesquisa e assistência técnica

EXEMPLOS				
ATIVIDADES PLANEJADAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	ORÇAMENTO PPA (R\$)	OUTROS ORÇAMENTOS (R\$)
Construir cenários para o Macrozoneamento Ecológico Econômico do Cerrado (Projeto Iniciativa GEF Cerrado Sustentável)	MMA	Banco Mundial, Governo do Estado de Goiás, Governo do Estado do Tocantins, Funbio	NA	778.150,00
Criar 39 Unidades de Conservação e propor a criação 26 unidades de conservação no arco do desmatamento.	MMA/ICMBIO	GEF, ARPA, ONGs locais, ONGs, Aquasis, Conselho Nacional de Seringueiros Conservação Internacional.	NI	NI
Elaborar e Implantar do Inventário Florestal Nacional – IFN (GEIF)	MMA	GEF/FAO, PIF/BID, Fundo Amazonia/ BNDES, OEMAs, Universidades, JBRJ, Prefeituras, entre outros	3.600.000,00	NA
Implementar o Cadastro Ambiental Rural – CAR	MMA	BNDES, MPOG, INCRA, BB, MAPA, MDS, IBGE	30.000.000,00	NI

NI	Não Informado	NA	Não aplicável
----	---------------	----	---------------

EIXO 2: CONSERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS

Um modelo para a construção do Plano de Ação Governamental é apresentado a seguir para Eixo Estratégico 2: Conservação de Ecossistemas.

2. EIXO: CONSERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS

2.1.2. OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR A CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

CONTRIBUIÇÕES PARA AS METAS DE BIODIVERSIDADE 2020			
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20

CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)	
2.1.2.1	Aquicultura insustentável

EXEMPLOS				
NÚMERO DE ATIVIDADES PLANEJADAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	ORÇAMENTO PPA (R\$)	OUTROS ORÇAMENTOS (R\$)
Apoiar institucional, técnica e financeiramente a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico de âmbito estadual e local nas porções continental, costeira e marinha do território nacional	MMA	Comissão Coordenadora do ZEE	Computado	NI
Avaliar o Potencial Sustentável e monitorar os Recursos Vivos Marinhos - REVIMAR	MMA	CIRM	1.771.276,00	NA
Implementar a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras.	MMA	ICMBio, IBAMA	Computado	NI
Identificar Áreas Críticas e Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Aquática	MMA	NI	2.673.868,00	NA
Elaborar planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental	MMA	ICMBio	1.582.930,00	NA
Obter apoio institucional e técnico à elaboração e implementação dos instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)	MMA	Grupo de integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) e colegiados estaduais.	2.733.191,11	NI

NI	Não Informado	NA	Não aplicável
----	---------------	----	---------------

EIXO 3: PROMOÇÃO DOS VALORES DA BIODIVERSIDADE E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

Um modelo para a construção do Plano de Ação Governamental é apresentado a seguir para Eixo Estratégico 3: Promoção dos Valores da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado.

3. EIXO: PROMOÇÃO DOS VALORES DA BIODIVERSIDADE E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

3.1.OBJETIVO ESTRATÉGICO:ESTIMULAR O APROVEITAMENTO DAS ESPÉCIES NATIVAS NA ECONOMIA

CONTRIBUIÇÕES PARA AS METAS DE BIODIVERSIDADE 2020			
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20

CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)	
3.1.1	Baixa valorização do uso da biodiversidade na alimentação e nutrição
3.1.3	Modelo de desenvolvimento não prioriza aspectos locais da sociobiodiversidade
3.1.4	Incentivos financeiros, econômicos e tecnológicos limitados para estimular a conservação, produção e uso sustentável
3.1.5	Baixo aproveitamento do conhecimento tradicional

EXEMPLOS				
NÚMERO DE ATIVIDADES PLANEJADAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	ORÇAMENTO PPA (R\$)	OUTROS ORÇAMENTOS (R\$)
Apoiar o Manejo Florestal Comunitário e Familiar por meio da prestação de assistência técnica (GEFLOC)	MMA	Fundo Clima/ICMBIO	6.120.000,00	NI
Cadastrar, operacionalizar e monitorar a Transferência de Renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Plano Brasil sem Miséria.	MMA	MDS, MDA, INCRA, ICMBIO, SPU	3.372.000,00	NI
Implantar Farmacopéia por bioma	MMA	Articulação Pacari, Rede Cerrado, Rede de Plantas Medicinais da América do Sul, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas	1.764.123,00	NI
Implementar 13 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, realizando o fortalecimento der 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional	MMA	MDS, Conab, MDA	3.409.319,00	NI
Implementar o projeto GEF "Conservação e uso sustentável da Biodiversidade para a melhoria da nutrição e do Bem Estar Humano".	MMA	MDA; MDS; MAPA; MEC; MS; CONAB; FNDE; CONSEA; EMBRAPA; FNN; Universidades Públicas.	506.558,00	30.000.000,00

NÚMERO DE ATIVIDADES PLANEJADAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	ORÇAMENTO PPA (R\$)	OUTROS ORÇAMENTOS (R\$)
Revisar, organizar e publicar os resultados do levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial (Iniciativa Plantas para o Futuro).	MMA	Embrapa; Universidades Públicas; Sul (FAPEU); Cento-Oeste (Embrapa); Sudeste (Biodiversitas/Fundação Zoobotânica/BH); Nordeste (APNE/UFPE); Norte (Museu Emilio Goeldi).	1.764.123,00	NI

NI	Não Informado	NA	Não aplicável
----	---------------	----	---------------

7. DIRETRIZES PARA O PPA 2016 – 2019

7.1. PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual - PPA é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e para despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988.

O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República, estabelecendo o vínculo entre o planejamento de longo prazo, representado pela visão estratégica e pelos macrodesafios, o planejamento de médio prazo, representado pelas políticas de governo e objetivos, e o de curto prazo, onde são planejadas as realizações dos gastos, previstos pelo orçamento anual.

A Constituição estabelece que a realização da despesa pública deva ser precedida pela apreciação de três leis orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), das quais o PPA é a mais estratégica. Ao submeter as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para apreciação e aprovação do Congresso Nacional, o Plano Plurianual assume o papel de construção de um compromisso político entre os poderes executivo e legislativo, orientando a formulação das leis orçamentárias e dos planos setoriais, bem como a execução das políticas públicas.

Pode-se dizer, portanto, que o PPA se configura como um instrumento de planejamento estratégico, na medida em que explicita escolhas e estabelece um compromisso político com estas escolhas que vai além do mandato presidencial, orientando desta forma a realização das despesas públicas do Governo Federal.

Com os aprendizados decorrentes da formulação e execução dos PPAs entre 2000 e 2011, o planejamento plurianual foi aprimorado, transformando-se em mais do que um instrumento de planejamento, mas em um instrumento de orçamentação, gestão e execução de políticas públicas.

7.2. PPA 2012-2015

A Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Plano Plurianual para o período 2012-2015, introduziu novos conceitos e mecanismos de planejamento (Objetivos, Metas e Iniciativas) ao ciclo de planejamento e gestão do PPA e promoveu também maior destaque ao processo de monitoramento do PPA, de forma a criar um fluxo de informações confiáveis e relevantes para a tomada de decisões cruciais aos âmbitos decisórios de governo, configurando-o cada vez mais como um instrumento de gestão estratégica.

O PPA 2012-2015 possui uma estrutura inovadora que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas executadas no

período recente, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, entre outros.

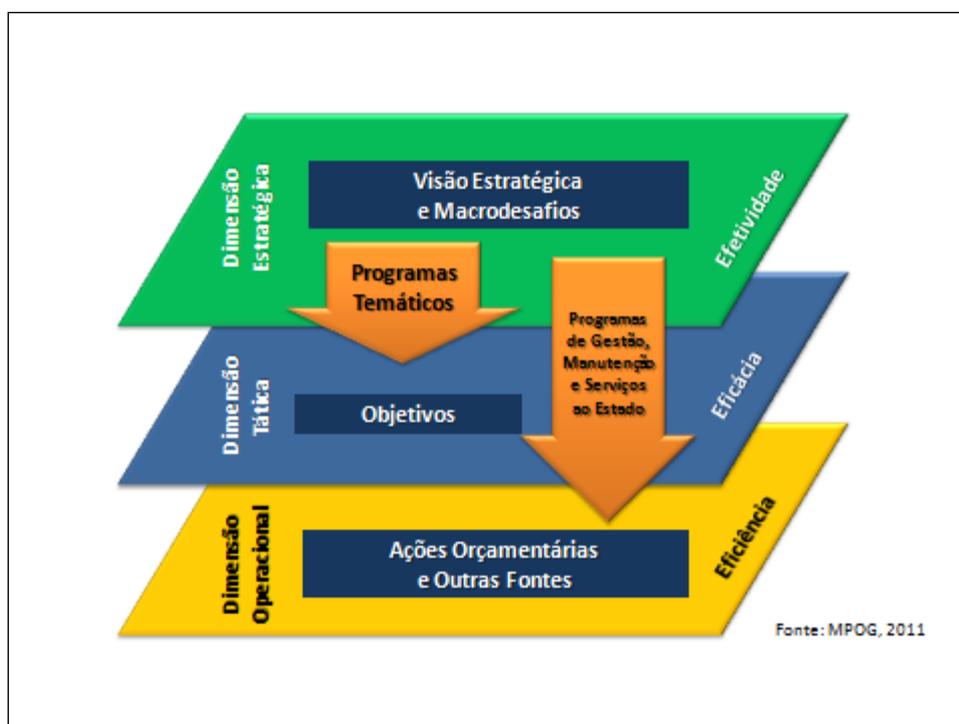


Figura 18: Dimensões do PPA 2012-2015

É função do PPA, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. Nesse sentido, o PPA 2012-2015 está estruturado nas seguintes dimensões:

- Dimensão Estratégica: é a orientação estratégica que tem como base os Macrodesafios e a visão de longo prazo do Governo Federal;
- Dimensão Tática: define caminhos factíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica. Define ainda os Programas Temáticos para consecução dos Objetivos assumidos, estes materializados pelas Iniciativas;
- Dimensão Operacional: relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

Os Macrodesafios são diretrizes elaboradas com base no Programa de Governo e na Visão Estratégica que orientaram a formulação dos Programas do PPA 2012–2015.

Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos.

O Programa Temático retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência procura considerar os desafios da gestão, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade.

O estabelecimento dos Programas Temáticos facilita a relação entre as dimensões estratégica, tática e operacional do governo, confere um novo significado à dimensão tática no Plano e qualifica a comunicação dentro do governo e deste com a sociedade.

Com a finalidade de criar condições para que o PPA estabeleça relações mais adequadas com todos os insumos necessários à viabilização das políticas, os Programas Temáticos do PPA 2012-2015 estão organizados em Objetivos que, por sua vez, são detalhados em Metas e Iniciativas.

Os Objetivos constituem-se na principal inovação deste Plano, na medida em que expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública. Por meio deles, o PPA declara um enunciado que relaciona o planejar ao fazer, uma indução à associação entre formulação e implementação com vistas a apontar os caminhos para a execução das políticas e, assim, orientar a ação governamental.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas.

O PPA 2012-2015, intitulado Plano Mais Brasil, Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade e Mais Participação, foi estruturado a partir da dimensão estratégica que deu origem a Programas nos quais estão contidos os desafios e os compromissos de governo, orientados pela Visão de Futuro e alicerçada sobre os Valores.

A Visão de Futuro desafia o país a ser reconhecido:

Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental.

Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Os Valores que perpassam toda a ação governamental e que precisam ser incorporados nas políticas públicas constantes do Plano Mais Brasil são:

- Soberania;
- Democracia;
- Justiça Social;
- Sustentabilidade;
- Diversidade Cultural e Identidade Nacional;
- Participação Social; e
- Excelência na Gestão.

Este planejamento governamental constante do PPA 2012-2015, expresso nos Programas, Objetivos, Metas e Iniciativas, aponta para investimentos superiores a R\$ 5,4 trilhões.

Na dimensão estratégica da estrutura de planejamento do governo federal (visão e valores) é considerada a sustentabilidade ambiental como uma qualidade para o modelo de desenvolvimento perseguido e a sustentabilidade como um dos valores que fundamentam toda a ação governamental.

Ainda na dimensão estratégica, dentre os onze macrodesafios que orientarão as políticas públicas federais, o macrodesafio “Projeto Nacional de Desenvolvimento”, que apresenta as bases para o modelo de desenvolvimento do país, considera que essa agenda carrega uma visão estruturante do meio ambiente, dada a importância geopolítica do país para o mundo em termos ambientais.

O documento (PPA 2012-2015) aponta a necessidade de uma mudança cultural especialmente voltada aos padrões de consumo e de eficiência energética, que implica a participação do Estado, da sociedade e do setor privado.

O documento ainda alerta que especial atenção deve ser voltada ao aproveitamento da biodiversidade, ao uso sustentável do potencial florestal, à gestão dos recursos hídricos, ao combate às mudanças climáticas e mitigação de seus efeitos sobre a população e os ecossistemas e à qualidade ambiental e os riscos relacionados ao meio ambiente, de maneira a gerar riquezas e distribuição de renda internamente. Para tanto, de acordo com o documento, esses temas também foram abordados individualmente por meio de programas temáticos específicos, nos quais são identificadas, ainda, iniciativas diretamente relacionadas ao aperfeiçoamento dos processos de licenciamento e controle ambiental.

7.3. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PRÓXIMO PPA

As entrevistas com representantes dos ministérios e instituições participantes levantaram diferentes expectativas para este importante instrumento de orientação dos esforços brasileiros de conservação da biodiversidade, e um ponto comum identificado foi o desejo de um plano que seja capaz de integrar e ser integrado (“plano de estado”), negociado e pactuado com todos os envolvidos.

Este é o desafio político a ser enfrentado: influenciar o processo de elaboração do próximo PPA do Governo Federal, integrando a conservação da biodiversidade em todas as agendas de governo por meio de ações prioritárias que combatam a perda de biodiversidade e contribuam para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020. Devem ser consideradas as causas mais relevantes identificadas no item 5.3 e os tipos de atividades mais impactantes citados no item 5.4.

7.3.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA – MACRODESAFIOS E PROGRAMAS TEMÁTICOS

Para que o PPA 2016-2019 integre de maneira mais estruturante a conservação e uso sustentável da biodiversidade como um dos eixos do desenvolvimento do país, faz-se necessário a compreensão da lógica de organização do Plano pelos Macrodesafios.

Os onze Macrodesafios definidos para o Plano Mais Brasil (2012-2015) são os seguintes:

- 1) Projeto Nacional de Desenvolvimento: dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento apoiado na redução das desigualdades regionais, entre o rural e o urbano e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda;
- 2) Erradicação da Pobreza Extrema: superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais;
- 3) Ciência, Tecnologia e Inovação: consolidar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro;
- 4) Conhecimento, Educação e Cultura: propiciar o acesso da população brasileira à educação, ao conhecimento, à cultura e ao esporte com equidade, qualidade e valorização da diversidade;
- 5) Saúde, Previdência e Assistência Social: promover o acesso universal à saúde, à previdência e à assistência social, assegurando equidade e qualidade de vida;
- 6) Cidadania: fortalecer a cidadania, promovendo igualdade de gênero e étnico-racial, respeitando a diversidade das relações humanas e promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos;
- 7) Infraestrutura: expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do Território Nacional e do país com a América do Sul;
- 8) Democracia e Participação Social: fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública;
- 9) Integridade e Soberania Nacional: preservar os poderes constitucionais, a integridade territorial e a soberania nacional, participando ativamente da promoção e defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento no mundo;
- 10) Segurança Pública: promover a segurança e integridade dos cidadãos, através do combate à violência e do desenvolvimento de uma cultura de paz;
- 11) Gestão Pública: aperfeiçoar os instrumentos de gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Por esta razão, uma proposta para orientar a elaboração do próximo ciclo de planejamento e gestão da esfera federal do Governo é incluir a conservação e uso sustentável da biodiversidade como uma prioridade. Isso poderia ser discutido como um dos possíveis Macrodesafios, integrado a outros eixos essenciais do direcionamento futuro da gestão governamental brasileira, como a redução da pobreza, projeto nacional de desenvolvimento e infraestrutura.

A escolha da conservação e uso sustentável da biodiversidade como um possível Macrodesafio possibilitaria propor um conjunto de Programas Temáticos abrangentes. Tais programas seriam estruturados em torno do modelo conceitual para enfrentamento do problema da Perda da Biodiversidade, organizado a partir de três eixos estratégicos ou causas primárias:

- Modelo de produção e consumo incompatível com a conservação;

- Perda, degradação e fragmentação de habitats; e
- Baixa valorização da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado.

7.3.2. DIMENSÃO TÁTICA – OBJETIVOS

Na dimensão tática do PPA, cada Programa Temático articula um conjunto de Objetivos afins, permitindo uma agregação de iniciativas governamentais mais aderentes à gestão pública e, desse modo, possibilita o aprimoramento da coordenação das ações de governo. Além disso, incorpora os desafios governamentais e justifica a ação do governo por meio de ações consideradas determinantes para o desenvolvimento.

Box 7: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MMA: GESTÃO PARA RESULTADOS 2014-2022

Dentre as prioridades propostas para orientar as definições dos Objetivos a serem considerados no PPA 2016-19, sugere-se considerar as elencadas no Planejamento Estratégico do MMA, desenhado para o período 2014-2022. Um novo Plano Plurianual que reflita as prioridades do órgão precisa estar em consonância com as prioridades estabelecidas em seu plano estratégico, de forma a compatibilizar objetivo e metas estratégicas do governo com as do órgão.

Em 2013, o Ministério do Meio Ambiente iniciou a elaboração de seu Planejamento Estratégico com horizonte temporal de 2014 a 2022. Um importante passo no sentido da transformação de sua cultura organizacional foi dado, na busca por uma administração pública mais eficiente e profissional, sempre com foco no cidadão.

Por meio de um amplo processo participativo, em que dirigentes e servidores puderam expressar suas ideias, o MMA definiu seus grandes objetivos estratégicos que deve perseguir durante os próximos 8 anos. A metodologia escolhida para orientar a formulação e implementação da estratégia foi o *Balanced Scorecard* – BSC, uma ferramenta já consagrada, inclusive no setor público, como uma eficiente maneira de comunicar e gerir os objetivos de uma organização.

Na perspectiva de resultado do Planejamento Estratégico,, o Objetivo de “Contribuir para a geração de resultados ambientais efetivos nas agendas prioritárias” inclui uma série de iniciativas estratégicas (projetos) conduzidas pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF do MMA, que buscam resultados ambientais efetivos e que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável do País, conforme as seguintes agendas ambientais prioritizadas: Política Nacional de Biodiversidade; Implementação do novo marco legal para acesso aos recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais e à repartição de benefícios; e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Uma das iniciativas estratégicas consolidadas no Planejamento, vinculada ao objetivo estratégico supracitado e executada pelo Departamento de Conservação da Biodiversidade - DCBio e pelo Departamento de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica - DMAR é a redução da ameaça de extinção de espécies e recuperação das populações. O foco dessa iniciativa envolve o desenvolvimento de ações fundamentais para reverter a perda de biodiversidade e contribuir para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade, incluindo a atualização de áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade, a identificação das espécies ameaçadas de extinção e sobre-explotadas, a melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas e quase ameaçadas, a manutenção do bom estado de conservação das não-ameaçadas, a recuperação de ecossistemas degradados, a recuperação das populações aquáticas, a promoção do uso sustentável da biodiversidade e o reconhecimento do valor das espécies.

A iniciativa estratégica conduzida pelo Departamento de Patrimônio Genético – DPG sobre promoção da repartição justa e equitativa dos benefícios pelo acesso e uso sustentável do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado envolve a promoção e ampliação da repartição justa e equitativa dos benefícios como resultado da atualização do marco legal e da modernização dos instrumentos de gestão de repartição de benefícios e de acesso a estes, bem como da implementação de estratégias de comunicação e capacitação junto a provedores e usuários.

O Departamento de Áreas Protegidas – DAP, coordenador do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é responsável pelo cumprimento da iniciativa estratégica para a consolidação do SNUC com vistas a atingir, até 2020, os percentuais de área protegida, compromissados pelo País na Convenção sobre Diversidade Biológica (meta 11 de Aichi), com os ajustes constantes da Resolução CONABIO nº 06/2013 (30% Amazônia, 17% demais biomas terrestres e 10% de área marinha), por meio da ação direta do Governo Federal e de pactos com os governos estaduais. (http://intranet.mma.gov.br/images/noticias_pdf/2014/planej_estrateg.pdf)

Da mesma forma, devemos considerar que cada um dos três eixos estratégicos ou causas da perda de biodiversidade – modelo de produção e consumo, perda de habitats e baixa valorização da biodiversidade – foram desdobrados em um conjunto de causas vinculadas, que conforme apresentado no capítulo 5, foram selecionadas considerando o impacto no alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade, resultando em 41 causas prioritárias (causas mais relevantes).

Também foi realizada uma análise de suficiência com base num levantamento preliminar de ações de diversas áreas do Governo Federal com foco na redução das causas da perda de biodiversidade indicando os tipos mais impactantes de ações capazes de contribuir efetivamente para a eliminação das causas de perdas de biodiversidade e conseqüentemente para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Estas causas prioritárias e os tipos de ações mais impactantes também devem ser considerados na proposição dos Objetivos vinculados aos Programas Temáticos, possibilitando desta forma o endereçamento de iniciativas que busquem eliminar ou minimizar as principais razões da perda de biodiversidade.

Causas prioritárias para o Modelo de Produção e Consumo Incompatível com a Conservação:

- Produção incompatível com a conservação da biodiversidade;
- Expansão desordenada da fronteira agrícola e agropecuária;
- Impunidade aos ilícitos ambientais;
- Baixo conhecimento do potencial produtivo da biodiversidade;
- Pouco incentivo a padrões de produção sustentáveis;
- Baixo incentivo a inovação, pesquisa e assistência técnica;
- Produção extrativista insustentável;
- Sobre exploração de recursos madeireiros e não madeireiros;
- Baixa agregação de valor dos produtos; e
- Exploração inadequada da fauna e flora aquática.

Causas prioritárias para a Perda, degradação e fragmentação de habitats:

- Comprometimento da integridade ecossistêmica;
- Descaracterização dos ecossistemas terrestres;
- Incêndios florestais;
- Expansão desordenada da fronteira agrícola e agropecuária;
- Descaracterização dos ecossistemas aquáticos;
- Aquicultura insustentável;
- Uso insustentável dos recursos hídricos;
- Poluição;

- Contaminação da água e do solo (agrotóxicos e outros);
- Desertificação;
- Baixa conectividade dos ecossistemas e habitats;
- Pouca adequação ambiental das propriedades rurais;
- Baixa representatividade dos ecossistemas terrestres e marinhos em áreas protegidas;
- Baixo Grau de implementação das UCs;
- Introdução de Espécies Exóticas; e
- Baixo controle e monitoramento das espécies exóticas.

Causas prioritárias para a Baixa valorização da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado:

- Baixo estímulo ao aproveitamento das espécies nativas na economia;
- Baixa valorização do uso da biodiversidade na alimentação e nutrição;
- Modelo de desenvolvimento não prioriza aspectos locais da sociobiodiversidade;
- Incentivos financeiros, econômicos e tecnológicos limitados para estimular a conservação, produção e uso sustentável;
- Baixo aproveitamento do conhecimento tradicional;
- Perda progressiva do conhecimento tradicional;
- Evasão dos povos indígenas e comunidades tradicionais para outras atividades produtivas locais;
- Perda de territórios tradicionais;
- Baixa efetividade da regularização fundiária no âmbito dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares;
- Baixo grau de repartição de benefícios (monetários e não monetários) pelo acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado;
- Conhecimento Insuficiente da biodiversidade brasileira;
- Pouco estímulo a ciência e tecnologia aplicadas à biodiversidade;
- Insuficiência de monitoramento permanente e padronizado;
- Baixo conhecimento do valor econômico e estratégico da biodiversidade; e
- Pouco reconhecimento do conhecimento tradicional.

Tipos de ações mais impactantes para a Produção e Consumo Sustentável:

- Assistência técnica;
- Educação ambiental;
- Fomento à produção sustentável;
- Incentivos financeiros;
- Regulamentação; e
- Unidades produtoras e/ou demonstrativas.

Tipos de ações mais impactantes para a Conservação de Ecossistemas:

- Autorização, anuência e licenciamento;
- Criação e gestão de UCs;
- Planejamento e ordenamento territorial;

- Restauração e recuperação;
- Regulamentação;
- Diagnóstico e mapeamento;
- Educação ambiental;
- Fiscalização e controle;
- Fomento à produção sustentável;
- Assistência técnica; e
- Manejo.

Tipos de ações mais impactantes para a Promoção dos Valores da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado:

- Desenvolvimento e difusão de tecnologia;
- Estudos, pesquisas e desenvolvimento;
- Incentivos financeiros;
- Fomento à produção sustentável;
- Gestão do conhecimento;
- Repartição de benefícios;
- Avaliação e monitoramento; e
- Formulação e implementação de políticas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 8 de fevereiro, 1994. seção ii.

BRASIL. Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de agosto, 2002a. seção 1.

BURSZTYN, M. e BURSZTYN, M. Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável – Rio de Janeiro, RJ: 2012.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). Brasília, DF: 2012.

CORADIN, L., SIMINSKY, A. e REIS, A. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro – Região Sul. Brasília, DF: 2011.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Maria e GONZALEZ, Roberto. - IPEA/ DISOC- Nota Técnica: Como Elaborar Modelo Lógico de Programa: um roteiro básico. Brasília, DF: 2007. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/2007_nt02_fevereiro_disoc.pdf

McLAUGHLIN, J. e JORDAN, G. – Using Logic Models in Handbook for Program Evaluation– 2ª Ed. – California, Estados Unidos: 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Metas nacionais de biodiversidade para 2010. Brasília, DF: MMA, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Planejamento Estratégico, Gestão para Resultados. Disponível em: http://intranet.mma.gov.br/images/noticias_pdf/2014/planej_estrateg.pdf. Acesso em: 03 fev. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Quarto relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica Brasil. Brasília, DF: MMA, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / FUNBIO. Relatório de Adequação da Proposta Metodológica (Produto 2 – Danielle Calandino) Brasília, DF: MMA, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / FUNBIO. Relatório Preliminar das Entrevistas com Governo Federal (Danielle Calandino). Brasília, DF: MMA, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: cerrado – Brasília, DF: MMA, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / SRHU / ANA. Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012 – 2015 – Brasília, DF: MMA, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) 3ª Fase (2012-2015) Pelo uso sustentável e conservação da floresta. Brasília, DF: MMA de 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ COMITÊ GESTOR NACIONAL DE PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEL. Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS – Versão para Consulta Pública. Brasília, DF: MMA, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - SBF. Fifth National Report to the Convention on Biological Diversity: Brazil. Brasília: Ministry of the Environment. Brasília, DF:MMA, 2014

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Planejamento. Roteiro para as Oficinas de Modelo Lógico em Programas do PPA. Brasília, DF: MPOG, 2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015. Brasília, DF: MPOG, 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / CASA CIVIL / GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal 2ª FASE (2009 - 2011) - Rumo ao desmatamento ilegal zero. Brasília, DF: Novembro de 2009.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / CASA CIVIL / GRUPO EXECUTIVO DO COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (Cex / CIM). Atualização no Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília, DF: Setembro de 2013.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (SCBD).NBSAP training modules version 2.1 – Module 1.An Introduction to National Biodiversity Strategies and Action Plans.Montreal, Canadá: 2011.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (SCBD).Panorama da biodiversidade global 3. Montreal, Canadá: 2010.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (SCBD).Global Biodiversity Outlook 4. Montreal, Canadá: 2014.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (SCBD).Updating and revision of the strategic plan for the post-2010 period. Montreal, Canadá: 2010.

W.K. KELLOGG FOUNDATION - Logic Model Development Guide: Using Logic Models to Bring Together Planning, Evaluation, and Action - Michigan, Estados Unidos: 2004.

WHOLEY, J., HATRY, H e NEWCOMER, K. – Handbook of Practical Program Evaluation – 2ª Ed. – California, Estados Unidos: 2004.

UICN / WWF-BRASIL / IPÊ. Biodiversidade Brasileira: análise de situação e oportunidades, documento-base. Brasília, DF: 2011.

VIGNOLI, F. H. e FUNCIA, F. R. – Planejamento e Orçamento Público. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.